



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2024

Ata n.º 27

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de janeiro e aditamento de vinte e três de janeiro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da Relação dos compromissos plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento do valor da quota anual a pagar à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais), no valor de 1425€; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento do Plano de Segurança da Informação para cumprimento do Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço; -----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento da Revogação da deliberação tomada em reunião de câmara de 03-10-2023, bem como da deliberação da reunião de reunião de câmara de 03-01-2024, relativamente à correção material da Planta de Zonamento da Alteração do Plano de Urbanização da Frente Mar da Cidade de Albufeira (PUFMCA); -

PONTO SEIS: Tomada de conhecimento de alteração da constituição do júri no Concurso Público com vista à contratação da "Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município de Albufeira"; -----

PONTO SETE: Tomada de conhecimento, da alteração ao Sistema de Controlo Interno; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração dos representantes do Conselho Municipal de Educação; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de adesão do município de Albufeira à AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta de comparticipação do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIMPSE Algarve); -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta de Candidatura "Albufeira Integra a Brincar" no âmbito do Aviso FAMI2023-2023-5 Educação Intercultural em Contexto Escolar; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da à proposta de Participação como Investidor Social no Projeto "SQills by ECOS", no âmbito do Aviso ALGARVE-2023-04-Parcerias para a inovação Social que visem o desenvolvimento de competências em Crianças e Jovens; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da ao Fornecimento de Combustíveis Rodoviários, em postos de abastecimentos públicos, com cartão eletrónico de abastecimento, a que corresponde o Lote 1 e a granel, a que corresponde o Lote 2, celebrado pela Central de Compras da AMAL; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da deliberação já proferida sobre a constituição de direito de superfície a favor do "I.E.F.P.", mediante fixação, para efeitos fiscais, do valor do direito de superfície a constituir (em euros, por cada ano de vigência do contrato); -----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para fornecimento contínuo de "materiais em ferro fundido a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento até ao limite de 499.000,00€ + IVA"; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Paolo Fonassi, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Teresa Cristina da Palma Neto, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Paderne - João Ruaça, de Ferreiras - Jorge do Carmo e da Guia - Dinis Nascimento. -----

Faltas: Raúl Manuel Soares Ferreira, Cláudia Sofia Pais Raimundo. -----



Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Teresa Cristina da Palma Neto. --- Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. ----- Havendo quórum (**vinte e três presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

José Diogo: "Boa noite a todos, vivo no edifício Cristina, Avenida Sá Carneiro Norte, e é a terceira vez que estou nesta Assembleia pelo motivo do bar "Forest". Neste momento estão fechados, já conseguimos descansar, já conseguimos dormir, a minha dúvida é, quando eles voltarem, vem o inferno atrás deles, e é o nosso inferno. Já vim aqui três vezes falar neste assunto e a minha esperança era que alguém fizesse alguma coisa de jeito pela nossa saúde mental, a minha esposa já está na psiquiatria em Faro, e qualquer dia vão para lá mais uns quantos. Aquilo é fora do natural, já é a terceira vez que cá estou." -----

Ricardo Neves: Muito boa noite, eu vinha perguntar ao Doutor Francisco Oliveira se tem alguma resposta da Ordem dos Advogados referente ao deputado Raúl Ferreira, porque tenho um processo a decorrer na Justiça e vou precisar de saber qual é a posição da Ordem dos Advogados perante o comportamento que o senhor deputado teve aqui nesta sala. Este é o primeiro tema que me trouxe aqui, o segundo tema é a questão no bar, o Forest, que o senhor José Diogo já veio cá três vezes, por causa desse bar. Esse bar provoca não só o mau comportamento em toda a vizinhança, mas também pela rua fora. Eu tenho duas lojas na rua um bocadinho mais abaixo e de manhã, não tenho de apanhar com autênticas sessões de sexo ao vivo, de pessoas do mesmo sexo, de madrugada, às sete, sete e meia da manhã, porque os senhores saem do bar às quatro ou cinco da manhã e vêm com o entusiasmo todo e qualquer buraco serve para esse tipo de situação, por isso está na altura de realmente fechar, portas encerradas. Seguir talvez a estratégia que o senhor Presidente da Câmara de Lisboa tem feito, mau comportamento fecha-se o bar. Têm de mudar de ramo do negócio porque estão a estragar as cidades com este tipo de comportamento. Terceiro, perguntar ao senhor Presidente da Câmara se a Avenida Sá Carneiro Norte vai ter



vigilância este ano, se sim ou se não, porque andamos aqui há dez anos a discutir as autorizações de videovigilância, há um valor atribuído em verba para a videovigilância. Eu gostaria, como empresário naquela zona, de saber se vamos ter direito a videovigilância. E quarto e última pergunta, perguntar ao senhor Presidente da Câmara se o sistema de limpeza da rua no inverno é, uma vez, de quinze em quinze dias, uma vez por semana ou uma vez por mês? Porque a Travessa Sá Carneiro e o Beco Francisco Sá Carneiro têm mato a meio das canelas. Eu pago os meus impostos juntamente às águas, já que tenho de pagar água para lavar a rua, está na altura de a Câmara assumir, ou me desconta na água ou sinceramente tem de fazer uma limpeza mais assídua. Muito obrigado." -----

Ana Loureiro: "Boa noite, eu queria perguntar relativamente à central de dessalinização se está prevista ou não, não sei muito bem em que pé é que está, como é que vai acontecer? Eu sou residente naquela zona e é por uma questão de saber onde é que vão parar as tubagens, como é que vão ser feitas, a que que distância da linha de água é que vai ser feita?" -----

Sara Soares: "Boa noite, o que me traz aqui hoje são dois assuntos, o primeiro tem a ver com o tarifário da água para famílias numerosas. Ingenuamente, no dia vinte e cinco de Outubro, fiz o pedido desse tarifário e esse pedido veio indeferido. Eu digo ingenuamente porquê? Porque estava convencida, porque para o Poder Central eu sou considerada uma família numerosa, para todas instituições públicas e privadas eu sou considerada uma família numerosa, menos para a Câmara Municipal de Albufeira, mas já fui. Se tivesse tido as minhas três filhas em dois mil e dez, no mesmo regulamento, a Câmara de Albufeira descreve famílias numerosas, são aquelas constituídas pelo casal e três ou mais descendentes. Ora, não sei porquê, atualmente, o regulamento fala em famílias com mais de cinco, portanto mais de cinco, são seis. Portanto a resposta que obtive foi: tenha mais um filho. Nada contra, se para Albufeira realmente querem que seja mais de cinco, então não usem o termo famílias numerosas. Porque família numerosa, eu sou, venho aqui hoje, não é à procura que este pedido seja deferido, só quero uma explicação, porque é que para o Poder Central e para todas as Câmaras que dão, que não é obrigatório, é certo, se eu morasse em Loulé, em Faro ou em Lagoa, se calhar até pagava mais de água, mas tinha acesso a este tarifário, porque para eles eu sou uma família numerosa, para a Câmara de Albufeira não sou. Este era o primeiro assunto, o segundo prende-se com o regulamento das atividades de animação e apoio à



família. Este ano, a minha filha mais velha tem quatro anos, ingressou pela primeira vez no ensino público, eu estou de licença de maternidade, tenho uma filha com quatro meses, fiz a inscrição nas AAAF, estou inscrita, segundo a animadora tenho direito, mas a minha filha não pode frequentar as AAAF porque estou de licença de maternidade. Ora, estou de licença de maternidade, eu não estou em casa, porque estou desempregada ou porque não tenho nada para fazer, estou a cuidar de uma criança recém-nascida, e vi-me obrigada durante estes quatro meses a sacrificar o sono, a alimentação de um recém-nascido, porque às três da tarde em ponto tenho que estar à porta da escola para ir buscar a minha filha mais velha. Acho que é um bocadinho de bom senso. Já pedi o regulamento que rege esta situação, foi-me dito que esse regulamento estava a ser alterado, eu também ficava contente com o anterior, mas não sei se ele existe ou não, isto porquê? Porque, depois, o que acaba por acontecer é que chega aos ouvidos é que, em determinado agrupamento, mães em licença de maternidade onde os filhos têm acesso a essas atividades e noutros agrupamentos não. Se isto tiver em regulamento, não há porque uns terem e outros não. Se isto fica ao critério das animadoras, pois umas têm vontade e outras não têm, portanto, é outra questão que eu gostava de ver respondida. Obrigada." -----

Violeta Boico: "Boa noite a todos, eu não preparei discurso nenhum, vai ser como sei falar, vou expor o nosso problema. Somos mais pais aqui dentro, e eu vos expor o meu problema, não é bem um problema, mas pronto. Tenho uma filha com Trissomia 21, encontro muitas dificuldades na escola e fora da escola. Na escola, porque não há profissionais, não há pessoas que cuidam, ela já está no sexto ano e muitas vezes sai à uma da tarde e depois fica com quem? Temos de trabalhar, se não trabalhar não consigo sustentar, pagar a casa e dar de comer. Temos outra dificuldade no verão, porque este ano tivemos no parque lúdico, das nove às três e meia, e isso é muito pouco, vocês todos sabem que no Algarve se trabalha mais no verão, por isso, eu peço da minha parte e dos outros pais, que somos muitos, mas não conseguem todos assistir, para levar isto mais a sério e abrir algum espaço, para os pais que têm essa dificuldade com o horário maior no Verão. Não quer dizer que os filhos vão entrar às oito e sair às sete da noite, mas conforme os horários dos pais, ficam ali para nós podermos trabalhar e conseguirmos pagar as nossas contas, que vocês sabem muito bem que está muito difícil a vida. Peço mesmo do fundo do coração, que façam qualquer coisa, porque nós. Aqui temos a Apexa, mas quando vamos à Apexa dizem que não há lugares.



Ainda agora há pouco tempo, falei com Ana Santinhos e dizia que ia ver se podia fazer alguma coisa, ainda em novembro. Ficava duas tardes por semana, nos pescadores de sonhos mas fechou, deixou de existir. A Apexa não tem espaço, não tem mais lugares para outras crianças, então tem de se fazer alguma coisa, podem não ser cem ou mil, neste concelho de Albufeira, mas aqueles que somos dez, vinte, trinta ou quarenta pais, pedimos todos ajuda para fazerem alguma coisa por nós, que acho que merecemos. Já estamos um bocado, digo entre aspas, castigados, não levem a mal, mas os pais que têm, sabem o que é que é isso, a lutar, a sofrer e abrir as portas e serem fechadas. Eu peço desculpa, mas quem quer entender, entende." -----

Olinda Ribeiro: "Boa noite a todos, estive presente nesta Assembleia no passado dia onze de dezembro, expôs a existência de uma sucata de automóveis a céu aberto no Beco do Sol, configurando um crime ambiental e falei das diversas queixas que tinha feito. Relembro que os automóveis e os seus detentores ocupam um terreno que, pelo que sei, é propriedade da Câmara Municipal de Albufeira e alegadamente é destinado a ser um espaço de lazer. No local nada configura a existência de uma atividade de oficina automóvel, os automóveis chegam trazidos pelos reboques e mantêm-se parados sem que ninguém os venha recolher. No estacionamento público da rua estão, neste momento, quinze automóveis da sucata, muitos mais estão parados no terreno referido. Nesse estacionamento público haverá também alegadamente tráfico e consumo de droga, potenciados pela má iluminação da rua, colocando em causa a segurança dos residentes. A GNR continua a deslocar-se ao local com frequência, tendo endereçado o caso para tribunal, uma vez que mais nada pode fazer. Na última Assembleia, o senhor Presidente da Câmara disse que iria verificar a situação junto da GNR e que daria uma resposta ao assunto, não tendo recebido qualquer resposta, eu perguntava à Câmara Municipal, o que é que pensa fazer relativamente a este assunto que já está há muito tempo em tribunal e não há nenhum desfecho." -----

Cláudia Pereira: "Boa noite, venho aqui fazer um pedido que está relacionado com o centro de bem-estar animal, para já quero começar por dar os parabéns às funcionárias do centro de bem-estar animal que fazem um excelente trabalho e os parabéns à Câmara Municipal de Albufeira, nomeadamente a vereadora Cláudia Guedelha pelo projeto canil, parque canino, cemitério para cães e viatura de socorro animal. O meu pedido tem a ver com a situação em que os cães se encontram neste momento, eu queria pedir se há possibilidade de agilizarem a transferência dos cães



das boxes antigas para as boxes novas. As boxes novas estão prontas, a obra está concluída, o investimento foi feito, não há necessidade de investir mais nada, ninguém está aqui a pedir investimento nem dinheiro extra, porque já vi que há aqui problemas bastante mais sérios, com a população, portanto, não estou a pedir isso, apenas que transfiram os cães que estão no canil, nem estou a pedir para que haja mais cães recolhidos. Não se trata disso, apenas transferir os que estão lá, para as boxes novas. As boxes antigas onde eles se encontram, chove lá dentro, estão sobrelotadas, estão sete boxes para entre quinze a vinte cães, é demasiado para o tamanho das boxes, elas estão muito degradadas e isto acaba por originar que os animais vivam em condições degradantes, o que vai alterar a o comportamento deles, vai torná-los mais agressivos e tem consequências a nível de saúde para os animais. Para além disso, o acesso às boxes é muito perigoso, e eu digo que fico admirada como é que ainda não haverá nenhum acidente com as funcionárias, porque, de facto, aquilo escorrega imenso, elas vão lá todos os dias e o acesso é muito perigoso. Só para vos situar um pouco, o canil tem cerca de trinta cães, foi o que eu contei, tem sete boxes que estão todas sobrelotadas, está lá cães, nomeadamente dois, que as boxes nunca têm luz solar, portanto, são boxes sombrias, são boxes escuras, onde não há luz solar. Um desses cães é um pitbull, é uma raça potencialmente perigosa, o que vai ainda afetar mais o comportamento deste animal. Existem quatro boxes na área da quarentena que têm dois metros quadrados, e nestes dois metros quadrados estão a viver quatro cães. Como podem imaginar, é impensável manter cães num espaço de dois metros quadrados. As boxes da quarentena devem ser para entre dez a quinze dias. A Vereadora explicou-me que não havia Veterinário Municipal e que por isso a transferência dos cães ainda não tinha sido efetuada. De facto, o Veterinário Municipal é importante, mas apenas quando eles entram no abrigo, aí tem de ser feita uma avaliação clínica, neste caso, os cães já lá estão, não são cães que vão dar entrada no abrigo. Eu acho que temos de respeitar um pouco mais os nossos cães e era só isso que eu queria pedir, se, de facto há um pouco mais de respeito pelos nossos cães, uma vez que as condições estão criadas." -----

Isabel Romão: "Boa noite, estou aqui como encarregada de educação e mãe. Excelentíssimos senhores, pretendo saber se têm conhecimento que os nossos alunos estão a ser tratados de formas diferentes, segunda questão, a alimentação, têm conhecimento que existem alunos que compram senha antecipadamente e comem atum



em vez de carne, ao contrário de outros alunos que não compram a senha? Será que desta forma, podemos estar a priorizar os incumpridores? Têm conhecimento que há ou houve mais de sessenta alunos diariamente sentados no chão, no local de passagem, à espera de mesa para irem almoçar? Estou a falar de escola primária. O que é que podemos esperar destas crianças num futuro próximo? Como mãe, agora vou falar, como colaboradora, nomeadamente cozinheira, não quero identificar escolas ou agrupamentos, mas são situações de conhecimento de muitas pessoas. Venho deste modo agradecer a visita da excelentíssima senhora Vereadora da sua visita na escola onde trabalho, mas prefiro não identificar os agrupamentos, face ao que vou expor, informo que após a sua visita, três ou quatro dias foram reparados no mesmo dia, alguns equipamentos, outros continuam avariados. Foi reparada a panela de sopa, que estava avariada desde fevereiro, foi reparada no mês de setembro, tínhamos o grelhador que funcionava só um lado, foi reparado, tínhamos só um frigorífico a funcionar, neste momento temos só um frigorífico avariado, foram reparados. O caricato, que parece anedota é que, a fritadeira das batatas, onde inclusive eu já pessoalmente, já cozinhei massa, neste momento, encontra-se desligada, porque supostamente não tem ligação à corrente elétrica. Bom, foram lá colaboradores diretamente da Câmara e contratados. Temos dois fornos, um independente de ter sido já reparado, após o que eu falei na reunião do dia quinze de setembro, com os meus colegas e com a senhora Vereadora, continua a não atingir muitas vezes os cento e oitenta graus, o forno que a porta explodiu na minha cara continua por reparar. Bom, a explosão deste forno ocorreu em finais de abril, mês de Maio do ano passado. Nesta quarta-feira foram entregues equipamentos novos, quando foi pedido na cozinha para fazermos o pedido de equipamentos novos ou das supostas falhas, eu entreguei uma lista com vários equipamentos, dos quais contemplava dois modelos de fornos com as medidas, os desenhos e determinadas características que supostamente não vai ser nenhum colocado. Eu desenhei um forno, foi entregue no fogão de seis bicos. Foi apresentada uma varinha que tem menos de quarenta centímetros de comprimento, quando temos uma panela de sopa com mais de setenta e dois. Quero perguntar se nós cozinheiros temos ou não direito a subsídio de risco? Outros colaboradores em outras áreas da Câmara já o recebem." -----

Erenilde Souza: "Boa noite a todos, mais uma vez, eu e os pais que aqui se fazem presentes, como já estive aqui uma das mães a falar, vamos tocar na mesma tecla, que



viemos relatar o grande descaso que continua a ocorrer com o ensino de educação especial de Albufeira. Com grande e urgente falta de assistentes operacionais, que faz uma diferença de extrema importância na vida das escolas e na vida escolar das crianças, principalmente com necessidades especiais. Um importante e insustentável exemplo acontece no agrupamento das Ferreiras, na unidade do segundo ciclo, onde a minha filha se encontra, onde passa a maior parte do tempo, o que não deveria acontecer, havendo apenas uma assistente operacional para cinco crianças, onde está acontecendo uma situação insustentável, que são duas tardes, em dias seguidos, que fica essa mesma assistente sozinha, sem nenhum auxílio ou sem ter nenhum dos professores de educação especial para estar lá com ela, trazendo grandes preocupações aos pais e muito transtorno. Alguns pais, vão buscar os seus filhos mais cedo, muitas vezes temos que pedir a uma avó, temos de pedir ao patrão para sair mais cedo, com receio que haja alguma descompensação de alguma daquelas crianças e uma assistente sozinha dentro de uma unidade, a gente não sabe como é que ela vai conseguir reagir, então os pais pensam em ir buscar as crianças, com medo do que pode acontecer. Agora eu pergunto a vocês, meus senhores e minhas senhoras, que tipo de educação inclusiva o nosso município de Albufeira tem oferecido às nossas crianças especiais? Tendo apenas uma assistente operacional dentro de uma unidade." -----

Maria Gomez: "Boa noite, sou Maria Albida Gomez e eu cedo a minha palavra a Alisa Scutt." -----

Alisa Scutt: "Boa noite, preparei um discurso, mas não vou utilizar. Agradeço a todos que já falaram, porque deram-me ainda mais força para falar tudo o que nós temos de falar. Criámos um grupo, o grupo de estrangeiros, porque o concelho de Albufeira é representado por quase cinquenta por cento de estrangeiros, confrontamos todos os possíveis problemas como a gente sabe, mas hoje quero falar da composição do nosso grupo. O nosso grupo é composto, não só por pessoas que trabalham em cozinhas, também temos médicos, políticos, inclusivamente temos um membro do Parlamento Europeu. Hoje entregámos uma petição pública da nossa desconcordância com a planta de dessalinização. Temos um estudo feito por uma organização que se chama Plataforma de Águas Sustentáveis. A minha pergunta é para o Presidente Rolo, se tem conhecimento desse documento? É um relatório. Segunda pergunta, se tem conhecimento desse relatório, se sabe que no plano de dessalinização está previsto descarga diária de sessenta mil e quinhentos metros cúbicos de sal e águas sujas a um



ponto oito quilómetros de linha de costa. A temperatura dessa descarga vai chegar a vinte e seis graus e vai matar tudo à sua volta. O relatório é elaborado pelas entidades que participaram: A Rocha Portugal, Água é Vida, Al-Bio - Associação Agroecológica do Algarve, Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, CIVIS - Associação para o Aprofundamento da Cidadania, a Associação Dunas Livres, a Ecotopia Ativa - Associação Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável, o FALA - Forum do Ambiente do Litoral Alentejano, Faro 1540 - Associação de Defesa e Formação do Património Ambiental e Cultural de Faro, por aí fora, ou seja, esse documento é muito bem elaborado. O grupo dos estrangeiros, como temos um membro do Parlamento Europeu, já entregámos esse relatório, e queremos ver qual é posição do Senhor Presidente. Toda a gente cumprimenta a vereadora que faz a promoção do Algarve, é verdade, bem feito, não sei se está aqui o Desidério, é uma promoção bem feita, mas nunca chegámos ao ponto de investigação desse crime, crime ambiental do ponto de vista desse relatório. Perguntas que tenho para si, senhor Presidente, a primeira: se tem conhecimento desse relatório? Disse que tem. A segunda, se tem conhecimento de percentagem de água residual tratada nas ETAR do concelho de Albufeira que está devolvida à recetor ambiental que lhe dá origem? Qual a percentagem de água tratada nos ETAR do concelho? Que está utilizada para rega, para espaços verdes, para lavagem dos carros e limpeza urbana, se sabe responder qual é a percentagem de água trata, nos Etar? Águas residuais tratados nas ETAR é descarregada para o mar? Estamos a falar que descargas para o mar que é um crime ambiental. Quarta pergunta, se tem conhecimento de sessenta mil e quinhentos metros cúbicos diariamente, de sal e águas sujas, contaminadas com vários metais pesados e microrganismos." -----

Paulo Lopes: "Boa noite a todos, estou cá mais uma vez para o mesmo problema, que já vinha desde o ano passado, já estive nesta sala a propor, porque o que estamos passar ou o que estamos a sofrer é demais. Eu espero que vossas Excelências tomem as preferências para resolver esse problema. Eu estou a falar do hipermercado Modelo Continente, a conduta de ventilação, aquilo é um barulho tremendo, não chega cinco condutas que lá estava, agora aumentaram mais duas condutas por baixo e aquilo, quem aguenta, aguenta, quem não aguentar vende a casa e vai-se embora. É isso que eu estou vendo que vamos estar sujeitos um dia a fazer. Eu gostaria de pôr as gravações que eu fiz da minha casa, para as pessoas que estão cá presentes ouvir. Só isto, acho que



chega, eu quero que vocês me digam se isto é admissível? Isto começa às seis e tal da manhã e termina às vinte e duas horas. Eu e a minha família decidimos colocar vidro duplo tanto na porta, como na janela, para poder suportar. As minhas vizinhas de lado, decidiram também colocar, porque a mulher já não consegue aguentar aquilo e até hoje, eu estou a lutar, e gostaria de saber como é que está esta situação, porque eu disponibilizei a minha casa e foi feita uma medição, e eu sei que o resultado da medição diz que nós temos razão. O que é que a Câmara está à espera? Eu gostaria que o Senhor Presidente, que está ali sentado, me explique o que é que a Câmara está à espera? Eu sei que todas as coisas têm um parâmetro, tem de percorrer certo parâmetro, mas isto é demais. Se isto ficar assim, vou voltar a bater na mesma tecla. Não vou ficar aqui, isso vai chegar a uma outra estância, e depois vou ter de meter muitas pessoas ao barulho. Eu espero que a Câmara tome providências, se faz favor. Outra coisa que nós queremos pedir, que nos facultem a cópia da medição, a cópia do relatório do técnico que foi lá fazer a medição, porque nós precisamos disso. Muito obrigado." -----

Alda Casanova: "Boa noite a todos, vinha cá por dois motivos. Um já não vou falar, que já foi falado, sobre o centro de bem-estar animal, ver se conseguem resolver aquilo de uma vez por todas, porque eu sei o que se passa lá dentro e aquilo está um horror. O outro, está ali o Senhor Jorge, espero que me escute também, tem a ver com a Avenida 12 de Julho, aquela avenida está com um problema gravíssimo há muitos anos, desde que foi criada a passagem para 125 com a rotunda lá nas Fontainhas. São acidentes atrás de acidentes, eu passei anos da minha vida a telefonar, três vezes por dia para chamar as autoridades e as ambulâncias para virem socorrer as pessoas. Ainda há dias houve um novo acidente, graças a Deus, parece-me que não foi nada de grave para as pessoas, os carros ficaram todos destruídos, porque, felizmente, os carros atualmente têm os airbags e aquilo disparou tudo e as pessoas saíram bem. Passei, ainda há pouco pelos bombeiros, já há muitos dias que não vinha para aqui, não tinha reparado ainda nisso, já está lá à frente aquelas coisas quadradas que se metem na estrada. Eu acho que era uma das soluções, era só pôr ali junto, quase à curva de um lado e de outro, para não haver também corridas, porque também há corridas constantes ali de carros e motos, e colocar ali qualquer coisa. Existem lá muitos idosos que atravessam a estrada para ir ao contentor do lixo, existem lá muitas pessoas novas com crianças, existem animais e aquilo é um autêntico perigo, puseram lá uns pines,



neste momento estão quatro a meio da estrada, mas aquilo não faz nada. Ninguém vê nada, e as pessoas às vezes distraídas ainda vão com a ideia de ir em frente. Bastava aquilo ali, para os obrigar a reduzir, aquilo evitava bastante. Eu penso que será uma das soluções, é só um quadrado cada lado." -----

Rita Piscarreta: "Boa noite, estou aqui em representação e como porta-voz dos profissionais da educação do concelho de Albufeira e gostava de colocar algumas questões que são transversais aos vários agrupamentos, e outras específicas. Vou começar, por exemplo, pela escola primária da Correeira, que está sem telefone fixo desde dezembro, acontece alguma coisa, as pessoas são obrigadas a usar os seus telefones particulares. Há falta de salas de aulas em diversas escolas do concelho. Portanto, como é do conhecimento geral, o nosso concelho tem recebido cada vez mais e mais crianças e as escolas estão a rebentar pelas costuras e há falta de recursos físicos para conseguir acolher tantas crianças. Há salas de aulas nos refeitórios, há salas de aulas em tudo o que é buraco, passo a expressão, de cada escola. Gostava também de saber e já foi falado aqui hoje, em relação à falta de pessoal não docente, nomeadamente assistentes operacionais e assistentes técnicos também, o porquê da demora de substituição das pessoas que se encontram de baixa ou das pessoas que se reformaram. As pessoas estão fora da escola, é um acréscimo de trabalho para quem lá fica, e as pessoas não conseguem trabalhar por três por quatro, e posso falar da minha experiência própria, eu já tive dias de trabalhar por cinco pessoas, é humanamente impossível, é um desgaste físico, emocional, psicológico, tremendo, obviamente, depois nosso trabalho não fica feito em condições. Há um trabalho acrescido para todos e eu gostava de saber como é que podemos fazer o pedido das horas extra, porque há muita gente a fazer horas extra nos agrupamentos. O que nos foi dito foi que temos de pedir antecipadamente essas horas. Ora, a minha pergunta é como é que eu posso pedir antecipadamente uma coisa que eu não sei quantas horas de facto, vou precisar, porque por exemplo, a nível administrativo, temos plataformas a abrir a toda a hora e nunca sabemos o que é que nos espera amanhã. Portanto, há dias de fazermos duas horas extra, há dias fazermos três, de fazermos quatro, há outros dias, podemos ter a sorte de não fazer nenhuma, porque também temos vida própria e temos compromissos familiares e às vezes temos mesmo de sair a horas, mas é constante as pessoas fazerem horas extra e não estão a ser ressarcidas por isso. Outra das questões que eu queria colocar é em relação aos e-mails dos funcionários



relativamente às reuniões sindicais, há muitos funcionários que não recebem as comunicações das reuniões. Nós temos conhecimento que os diversos sindicatos informam o município que as reuniões vão acontecer, porque é que continua a existir tantos funcionários que não têm conhecimento das reuniões que vão acontecer, a não ser boca-a-boca por outros colegas que, entretanto, vão ficando a saber? Outra das questões, em relação às verbas dos agrupamentos, aquela verba que normalmente é atribuída por parte do município aos agrupamentos, estamos no final do mês de janeiro, as verbas ainda não chegaram e há coisas que pronto, não há dinheiro para trabalhar, digamos assim. Portanto, deixo aqui estas questões, muitas mais havia certamente para colocar, mas ficam aqui estas, gostava de ter alguma resposta e que nos conseguissem arranjar alguma solução." -----

Isabel Anastácio: "Boa noite venho representar a Associação de Pais de Paderne, e mediante vários relatos que tivemos dos pais dos meninos da escola e que foram feitos pessoalmente e por e-mail, venho aqui expor algumas dificuldades que eles sentem em certas coisas, nomeadamente o termoacumulador do jardim de infância, está danificado. O exterior do jardim de infância está danificado, hoje houve um menino que foi para o centro de saúde porque caiu. Não existe sombras, as sombras não existem, se chover eles não têm como ir para o exterior, faz uma barriga o que lá está e corre água por cima do escorrega, o que está a danificá-lo diariamente. O ar condicionado da sala três do primeiro ciclo está danificado há cerca de dois anos, o da biblioteca também está. Os bancos no exterior encontram-se com os pregos à mostra, também do primeiro ciclo. A grade junto da ponte está danificada, está prestes a cair para o recreio do Jardim de infância. Qualquer criança que pegue naquilo, aquilo tomba, faltam cadeiras na biblioteca, existem dezasseis cadeiras numa biblioteca de jardim de infância. Funcionárias do primeiro ciclo, uma está na reforma, outra de baixa e não há funcionários. Falta cobertura exterior para proteção da chuva e do sol também no primeiro ciclo, cada vez têm mais turmas e cada vez têm menos espaço para as crianças brincarem. Os portões do jardim de infância e do primeiro ciclo não tocam, nem abrem, e o culminar de tudo isto é um estacionamento que, por si só já era deficitário e agora com mais salas de aula, mais crianças, é extremamente complicado deixar os nossos filhos na escola." -----

Presidente da Assembleia: "Vou responder ao senhor Ricardo Neves, única e exclusivamente para lhe dizer que a resposta da Ordem dos Advogados é-lhe dada



diretamente a si, não fomos nós que fizemos a queixa, foi o senhor, nós a única coisa que fizemos foi enviar a ata ou as atas em que estavam transcritas as suas preocupações e as suas denúncias, portanto, a haver uma resposta, ela será dada diretamente ao senhor.” -----

Presidente da Câmara: “Boa noite a todos, muito obrigado pelas questões aqui colocadas, que às vezes são questões que se desconhece. Eu vou responder a algumas mais genéricas e depois passaria o senhor Vice-Presidente e à Senhora Vereadora Cláudia que têm os pelouros inerentes a algumas questões aqui levantadas. Relativamente ao Senhor Ricardo Neves, sobre a videovigilância, já decorreu o concurso, já foi apurada a concorrente que vai ser adjudicada a colocação das câmaras de videovigilância. Está prevista para amanhã uma reunião técnica para saber exatamente a parte onde passam os cabos, e provavelmente para a semana ou para a outra semana irão começar a colocação no terreno. Foi uma média de sensivelmente novecentos mil euros de investimento. A questão da limpeza na rua, já registei para ver o que se passa com o Beco Francisco Sá Carneiro, o senhor diretor desta área, o engenheiro Batalha, está aqui e já registou o assunto para passar isto aos seus serviços e coordenar esta parte do serviço. Duas pessoas falaram na questão da central dessalinização, é um processo que não tem diretamente a ver com a Câmara Municipal, tem a ver com as Águas de Portugal, e em particular das Águas do Algarve. Foi feito um estudo de Impacto Ambiental que esteve em discussão pública até, salvo erro, dia dezanove de dezembro, entretanto o júri tem estado a fazer a análise do estudo de impacto ambiental. E eu não tenho mais conhecimento de nada. Na discussão pública houve várias intervenções, várias participações, várias participações nessa mesma discussão, esperando que algumas delas venham a dar resultado, que isso é que interessa, que venham a dar consequência, porque, a dessalinização é uma das hipóteses para haver água e nós temos de ter água, evidentemente que havia outras soluções, toda a gente fala dos transvases do Norte para sul, há a questão da reutilização das águas residuais, há a questão da redução das perdas de água, que também já estamos a trabalhar sobre isso, há a questão de construção de barragens, que não são grandemente eficazes, porque com a quantidade de água que tem chovido as barragens não resolvem grandemente nada. Informo também que a última crise grande de água que houve foi no ano de dois mil e cinco, igual ou maior que esta, não sei, se calhar não era tão gravosa, porque foi há muito mais tempo, esta é agora. Desde



essa altura para cá apenas foi feita a barragem de Odelouca, e foi feita com algumas dificuldades porque esteve quase em vias não ser feita, por via da existência de lince ibéricos, depois finalmente foi construída e tem sido a sorte, daquilo que é a água a superfície no Algarve. Entretanto, as águas do Algarve já nos pediram para reativar alguns furos que estavam desativados desde há alguns anos, porque não era preciso água subterrânea, bastava água de superfície. Estamos a recorrer a vários tipos de situações de origem de água, evidentemente, não estou a dizer que a dessalinização é o melhor processo, de maneira nenhuma, não sou perito nisso, já dei uma vista de olhos também para isto, mas também sei que no sul de Espanha, Andaluzia, Catalunha, na Comunidade Valenciana também há uma série de dessalinizadoras, centenas, nós temos uma no país, em Porto Santo, temos alguns municípios do continente que vão também fazer algumas dessalinizadoras, nomeadamente Cascais, segundo ouvir falar, Sines e outras não só apenas para água de consumo de humano, mas também para outros fins industriais. Para lhe responder sobre a questão da reutilização das águas das ETAR, Águas residuais, aquele espaço verde que é o Parque do Ribeiro, que está a entrada do parque de campismo até à rotunda aqui em abaixo, é todo regado com água da ETAR. Temos em construção e em fase de terminar a empreitada, o reservatório para reutilização das Águas das Piscinas e estamos a fazer o projeto para reutilização das águas da ETAR de Vale Faro. Isso como é propriedade das Águas do Algarve, tem de ser depois tratado com eles e temos estado a tratar disso. E estamos a mudar a parte da vegetação, tem de ser gradualmente mudada de relva para outras plantas com outro modelo de rega e com menos de utilização de água, portanto, uma das soluções tem de ser essa. Alguns Presidentes de Câmara e o Presidente da AMAL tivemos há dois anos a visitar uma dessalinizadora em Espanha e nessa altura estava parada, estava inativa, porque na altura choveu e não era preciso haver a atividade, portanto, nessas alturas fica inativo e depois torna a começar a atividade quanto houver realmente falta de água. As Águas do Algarve têm também em projeto, acho que ainda não lançaram o concurso, a ligação de água de uma zona do Rio Guadiana que se chama Pomarão para a barragem de Odeleite e depois da barragem de Odeleite faz a ligação para todo o sistema do Algarve, portanto, é mais uma parcela de uma soma que se pretende dar um determinado total, agora temos de ter todos a consciência que realmente nós não vamos dizer que temos falta de água, nós vamos dizer que estamos a trabalhar para a água existir no final do verão que vem, isso é que é o grande problema e o grande



drama. Depois, a questão dos tarifários para famílias numerosas, a senhora Vereadora irá falar nisso, porque tem o pelouro das águas, bem como a questão das atividades de apoio à família e a questão das crianças com necessidades educativas especiais. A Senhora Olinda Ribeiro falou uma vez mais no Beco do Sol, vou falar com a Guarda Nacional Republicana, amanhã vou falar com o Major para saber em que ponto é que está esta questão dos carros, senão tomamos uma atitude mais musculada no sentido de retirar aquilo. Talvez até ao fim desta semana lhe diga qualquer coisa sobre. Há aqui questões da educação, relacionadas com as escolas que são da responsabilidade dos agrupamentos e dos seus diretores, evidentemente, que temos trabalhado sempre em franca colaboração entre a Câmara e os argumentos escolares, mas nem sempre é tudo responsabilidade da Câmara, nomeadamente há pessoas que falaram na questão das horas extraordinárias, como é que se pedem, o que é que se pode fazer, que tem de se pedir com antecedência, é verdade, a legislação assim o obriga, embora perceba que isso tem algum problema, evidentemente, que a pessoa não sabe à partida o que é que vai necessitar, é verdade, mas, felizmente ou infelizmente, a legislação aponta para isso. A questão dos acidentes na Avenida 12 de Julho, o senhor engenheiro Batalha, diretor também desta área já registou o assunto, certamente que está a registar para pôr lá as tais almofadas ou uma lombas, mas isso acontece em quase todas as artérias do concelho de Albufeira. Às vezes as pessoas, quando andam nos carros ou nas motorizadas, acham que a Guarda Nacional Republicana ou a Brigada de Trânsito faz coisas que não devia fazer, que é a aplicar multas ao excesso de velocidade. O que é certo é que, é uma situação recorrente e em muitos sítios isso vai acontecendo. No ano dois mil Albufeira precisava de muita sala de aula, entretanto, foram construídas cinco escolas novas desde essa altura, estou a falar do primeiro ciclo, foram ampliadas todas as outras, e elas são catorze e ficaram todas a funcionar, aquilo que se chama em três ou quatro anos em regime normal. Eu estou a falar nisto porque tenho conhecimento de causa, porque tinha o pelouro da Educação na altura, entretanto, chegou a crise financeira de dois mil e oito, dois mil e nove, muita gente que estava Albufeira teve de ir embora, porque não havia emprego e levou os filhos naturalmente, os filhos em idade escolar. Começaram a sobrar salas de aulas, em quase todas as escolas do primeiro ciclo. Evidentemente que agora, com este boom, este crescimento da procura turística e do fluxo turístico para o concelho de Albufeira voltou-se outra vez ao contrário, começou a faltar salas de aula outra vez. E temos projetos de



ampliação do Jardim de Infância da Correeira, Jardim de Infância de Vale Rabelho, Jardim de Infância dos Calijos, Jardim de Infância de Ferreiras, e algumas escolas do primeiro ciclo. As escolas do segundo e terceiro ciclos já foi ampliada, a Escola Diamantina Negrão, vai ser ampliada, a Escola Francisco Cabrita, a Escola de Ferreiras, a Escola Secundária também vai acontecer o mesmo. Vai ser, ainda não está, evidentemente era bom que já estivesse, mas nem tudo se consegue fazer assim muito rápido." -----

Vice-Presidente: "Boa noite a todos, relativamente à questão do Forest, temos uma decisão que levei à Câmara para encerrar preventivamente o estabelecimento, essa minha proposta foi à data de finais de dezembro, a entidade exploradora do Forest exerceu o direito contraditório que está legalmente habilitado para o fazer, e os nossos serviços mantiveram aquilo que tinha sido precisamente a proposta inicial, de não dar fundamento àquilo que é, o contraditório da gerência do Forest. Portanto, mantivemos no dia dezasseis, uma decisão de encerrar preventivamente o Forest e do ponto de vista jurídico é isto que está em cima da mesa, a nossa decisão de encerrar preventivamente o Forest. Relativamente a situação do ginásio e do supermercado, eu recorde-me de ter assinado, creio que este mês ainda, uma decisão nesse sentido, e depois essa decisão vai ser facultada no sentido de dar provimento à sua reclamação. Portanto, foi feita uma medição e já é um bom sinal, que os serviços funcionaram depois do senhor ter estado cá, foi efetivamente feita uma medição no local, essa situação a mim agrada-me, os serviços funcionaram, as diligências foram tomadas e se a memória não me falha, mas depois poderá contactar comigo, foi dado provimento à sua reclamação no sentido de a entidade exploradora do ginásio, mitigar todo aquele ruído que tem, que é obrigatório por lei, no seguimento presumo, agora não me recorde cabeça, daquilo que foi precisamente a medição feita no local." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, cumprimentar os munícipes presentes, que trouxeram as suas inquietações, as suas questões e que, eu pretendo responder como costume fazer sempre. Penso que estas pessoas que aqui trouxeram estes problemas, ainda não tivemos, algumas delas, o privilégio de estar presentes, mas é mais um ponto de partida para darmos continuidade ao trabalho que temos vindo a fazer. Relativamente à primeira questão que eu peço desculpa, mas não consegui apontar o nome da senhora que levantou a questão sobre o regulamento Municipal das Águas e sobre a questão das famílias numerosas, efetivamente há ali um erro, nós



estamos a trabalhar o regulamento. Nós estamos a alterar o regulamento, justamente, porque as famílias numerosas são consideradas cinco, e no regulamento está mais de cinco, nós temos inclusive amanhã uma outra reunião para dar andamento à atualização desses mesmo regulamento, que em breve, iremos levá-lo à Câmara e terá os procedimentos que são os normais. Relativamente à questão das AAFs, de acordo com a lei número cinco, de noventa e sete de dez de fevereiro, portaria seiscentos e quarenta e quatro de dois mil e quinze que diz que, esta resposta em ambiente escolar e que é uma resposta que é feita através dos serviços da Câmara Municipal, destinam-se justamente aos pais que, por impedimento profissional, não conseguem efetivamente ir buscar os filhos mais cedo à escola. Bom, tendo em conta que há casos específicos e que têm de ser analisados, o que foi informado junto das pessoas, dos funcionários que coordenam as AAFs é que, há alguma exceção, e na eventualidade de alguém que, por uma razão de saúde não pode, ou uma gravidez de risco, a título de exemplo que não pode, que deve ser enviada documentação comprovativa para avaliarmos junto dos serviços e darmos a respetiva resposta. Não sei se é o caso, mas contudo, faço questão também de a atender e ver a situação em particular com o serviço de educação e posteriormente, avaliaremos a situação. Relativamente à questão levantada pela Dona Violeta, e respondendo também a todos os outros pais que têm crianças diferentes nosso concelho, e supostamente integradas em contexto escolar, sobre os três temas que levantaram. Um é a falta de resposta dentro da escola, de acordo com a necessidade de mais funcionários, o que é natural, é natural porque nós até ao final de dezembro tínhamos quinhentos e quarenta e quatro alunos a mais neste período sem pré-aviso, dá para abrir uma escola nova, portanto, agora já passou com o mês de Janeiro e tivemos cuidado com isso. Eu já referi na anterior Assembleia que tivemos, e falando sempre em articulação com o Senhor Presidente, que havia efetivamente essa necessidade, e abrimos mais cinquenta lugares, estão considerados ainda mais lugares na eventualidade de precisarmos de mais resposta, mas é caricato, porque isto nem sei se o Senhor Presidente já viu hoje o documento, mas o nosso concelho foi auditado pelo Tribunal de Contas relativamente à transferência de competências, e em seis municípios, imagine-se o rácio que temos a mais, são trinta por cento, nós neste momento temos cinquenta e quatro funcionários a mais, está escrito no relatório, depois, posteriormente, a quem de direito será informado, mas nós nem vamos por aí. Decidimos, como é óbvio, porque efetivamente a vossa preocupação é a nossa



preocupação e, como é evidente, precisamos de mais funcionários na escola, de uma melhor resposta, de qualidade. Bom, vem a outra questão que é o pós, quer o pós escola quer as férias de Verão, para essas duas situações, e de acordo com o que falei na última reunião e está ali o senhor Presidente da Apex, ainda hoje na reunião falámos sobre esta questão, estamos a organizar um plano conjunto entre a autarquia e entre a Apex e todas as IPSS que possam dar resposta a esta questão para criarmos aqui um projeto de forma a segurar o horário pós escolar. Depois, relativamente às férias de verão, também já começámos a tratar do projeto das férias de Verão e, como tal, também já está contabilizado o número de crianças com problemas até agora, e criamos aqui uma resposta conjunta para assegurar também essa resposta no próximo verão. Portanto, em breve, e eu tinha dito que assim que conseguíssemos ter aqui mais alguma informação que falaríamos com os pais, mas vocês estão cá, percebo a vossa inquietação, mas para vos dizer que, estamos a trabalhar nesse sentido. Relativamente à questão do canil municipal, eu efetivamente no outro dia falei com a Dona Cláudia, em atendimento sobre esta questão, houve aqui se calhar alguns pormenores que eu não disse, mas depois hoje, porque me apercebi que vinha cá novamente entendi que deveria ser mais concreta em relação a esta resposta. Primeiro, eu percebo que a Dona Cláudia é voluntária ali há pouco tempo, se calhar não conhecia o canil ao longo destes anos todos, mas foi isto que motivou o executivo a criar esta resposta. Mas, contudo, eu pedi à responsável por esta obra para me dar alguns dados, a receção provisória desta obra ficou concluída a dezasseis de novembro de dois mil e vinte e três, portanto, há dois meses, até lá, porque tivemos aqui alguns problemas com correções, pinturas e pequenos acabamentos que não estava em conformidade, e o empreiteiro levou algum tempo a concluir e a finalizar todas estas alterações que foram propostas. Portanto, nós nunca iríamos colocar lá os animais antes de esta situação estar concluída. Depois, tendo em conta que no dia um, vamos fazer a negociação com as futuras novas veterinárias, que irão ingressar neste trabalho por dois meses, considerámos que deveríamos entrar como deve ser, com a responsabilidade e o cuidado que temos de ter no respeito pelos animais, dizendo que, efetivamente estou de acordo consigo quando enaltece os trabalhadores daquele centro de bem-estar, assim como as associações que estão connosco no dia a dia a apoiar. Nesta fase difícil que passámos, porque trabalhar sem um veterinário a tempo inteiro é muito complicado, é complicado fazer procedimento externos, porque nem todas as clínicas



aderem ao mesmo, mas mesmo assim, temos sido persistentes e eu espero que, a partir da semana que vem consigamos dar a resposta, que os nossos animais merecem e terem um espaço de qualidade. Depois dizer que a Dona Isabel Romão, é a nossa funcionária e peço desculpa, vou ter de dizer que é funcionária da escola das Ferreiras, que isto não é segredo nenhum, até porque disse e bem, que eu fui lá ter consigo e com o professor Vítor, o diretor da mesma escola para vermos o que é que se estava a passar e arranjarmos soluções, e disse e bem que, foram feitos arranjos, foram feitas aquisições e têm estado a acontecer. Agora, por coincidência, também temos uma reunião marcada no dia um de Fevereiro na escola, justamente para avaliar algumas situações estão a acontecer, porque a gestão da cantina é uma responsabilidade do agrupamento, e como nós não estamos aqui a atirar as culpas uns aos outros e como com os três agrupamentos, temos feito reuniões quinzenais para anotar todos os problemas, todas as inconformidade e darmos respostas em conjunto, entendemos em vez de fazer a reunião, já marquei com o professor Vítor, dia um de Fevereiro, como lhe disse também ali fora, vamos lá à escola e vamos analisar as várias situações, os vários temas que levantou aqui, porque a gestão é feita pela escola, porque também é importante salientar o seguinte, eu costumo dizer a brincar: o patrão é a escola, mas nós não estamos a gerir o pessoal dentro do contexto escolar, e por isso é que, temos tantas reuniões e fazemos um trabalho em conjunto, e eu penso que as coisas têm acontecido de forma bastante simpática e positiva para o bem de todos. Se há alguma situação que temos que melhorar, e ainda bem que que veio cá, e que referiu, até podia já ter vindo falar comigo, se calhar já tínhamos adiantado, não tínhamos deixado passar tanto tempo, mas contudo, dia um lá estaremos. Relativamente ao verbalizado pela Dona Rita Piscarreta, fala-se dos telefones da Correeira, os telefones da Correeira, a central rebentou e está lá um telemóvel, e se precisarem de mais os serviços da informática vão lá entregar mais telemóveis para resolver a situação, enquanto não é comprada uma nova central. Isto aconteceu em dezembro, as coisas levam um bocadinho, não é uma aquisição fácil de fazer de um dia para o outro, mas existe lá um telemóvel, e se precisarem de mais, amanhã faça o pedido pelo caminho que fazem sempre, porque serão entregues mais telemóveis para facilitar, enquanto a central não é instalada. Depois, em relação às horas extraordinárias, como é evidente, sempre que há necessidade de horas extraordinárias, quem está a coordenar a equipa é que tem que as pedir, não tenho aqui a Doutora Carla Venâncio, dos recursos



humanos, mas eu pelo menos e os meus colegas fazemos sempre assim, quando há necessidade de horas extraordinárias, o coordenador faz o cálculo e faz o pedido para ser autorizada antes, é assim que acontece. Quem coordena esse grupo de trabalho tem que o fazer, depois referiu aqui uma coisa que me deixou um bocadinho preocupada, porque eu penso que o agrupamento de Escolas de Albufeira continua a ter Presidente? Sim, pronto é que fala da falta de verbas, eu tenho reunião marcada também para a semana com os agrupamentos novamente, isto deixa-me um bocadinho preocupada, é porque dizer-se as coisas assim, nesta casa, desta forma, eu acho que é uma questão que tem de ser verbalizada pela Presidente do agrupamento, e se alguma vez faltou dinheiro no âmbito da transferência de competências, que venha aqui dizer a esta casa. Acho que até é para a reunião de Câmara de amanhã que está agendado os valores a atribuir, houve aqui uma mudança de direção, eu penso que nas mudanças de direção e tudo mais, que nunca falte o dinheiro, até porque antes do fim do ano, eu penso que, ainda foi algum dinheiro, espero não estar a dizer asneira nenhuma. Mas eu espero que questões destas, que seja a própria diretora do agrupamento a reportar nas reuniões, como fazemos sempre. Só uma última palavra para os funcionários das escolas da equipa não docente, estão de parabéns, tem sido muito difícil suportar esta avalanche de crianças a entrar no nosso concelho, como o Senhor Presidente explicou e bem, têm usado todas as suas forças para responder ao que precisamos, em breve vamos ter novos funcionários para tentar colmatar as dificuldades e, mais uma vez, um agradecimento pelo trabalho que têm desempenhado concelho de Albufeira." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Mendes: "Boa noite, como deputado da Assembleia Municipal, preocupado com questões da saúde ou falta dela no concelho de Albufeira e, mais concretamente na freguesia de Paderne, dado ser uma freguesia com uma grande população maioritariamente idosa e com pouca mobilidade, no que diz respeito a transportes, tudo isto verificado por mim em deslocação ao centro de saúde de Paderne, no dia vinte e quatro de Janeiro, e em seguida ao centro de saúde de Albufeira. Este centro de saúde é servido apenas por um médico e as restantes freguesias do concelho por dois médicos, cada uma, neste contexto e face às dificuldades, para dar resposta aos



cidadãos daquela freguesia, bem como de modo geral, todo o concelho, os rácios são muito baixo no que diz respeito a respostas na área da saúde. Neste sentido, solicito ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara, que movam todos os esforços no sentido de alertar as entidades responsáveis por esta área de modo a darem respostas concretas e urgentes no que diz à saúde respeito. Face à especificidade da freguesia de Paderne, solicito uma atenção especial uma vez que, sendo uma população mais idosa, são mais vulneráveis, há solidão, têm uma expressão maior. Aproveito também para fora este assunto, para relembrar que estamos no segundo período escolar, onde foi prometido computadores a todas as crianças do ensino escolar, onde tive a disponibilidade de telefonar para o senhor Vítor Ferraz esta semana para lhe perguntar o que é que se estaria a passar, por acaso era uma escola das Ferreiras, o que é que se estava a passar. O que me disseram foi que não havia computadores, isto não precisa sermos muito doutores e menos doutores, o principal e o fundamento de um cidadão é educação e saúde, são os pilares. Se nós como políticos que estamos aqui presentes, não conseguimos resolver estas duas situações, meus caros amigos, desculpem-me a expressão, mas não estamos aqui a fazer nada. Tenho dito Carlos Mendes.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, relativamente à Avenida 12 de julho, além do que a Senhora Alda Casanova disse, temos mais referências que até já foram referenciadas aqui para a Câmara, por exemplo, naquele cruzamento onde tem havido inúmeros acidentes, nós, Junta de Freguesia, já solicitamos que fosse lá construída uma rotunda, pelo menos 2 vezes. A última deve ter sido no final do ano transato ou finais de novembro, inícios de dezembro. Solicitamos, porque realmente há lá quase todos os dias acidentes, eu conheço aquilo, sou nascido e criado nas Fontainhas. Um dia vinha a pensar aqui nas coisas da Câmara, quando sai de uma reunião. Dei por mim e fui a direito, se viesse um carro tinha tido lá um acidente. Eu conheço aquilo, nascido e criado lá, podia ter tido um acidente também por distração. Portanto, aquilo é mesmo perigoso, as pessoas antigas estavam habituadas, era a N125, vinham em frente e as pessoas novas que não são de cá, aquilo é uma reta enorme e dá a entender que a estrada continua. E continua mesmo, porque faz uma curva e tem uma casa, ao ter a casa quer dizer que tira a visibilidade da estrada que vem do outro lado, neste caso na direita. Aquilo é extremamente perigoso, há cerca de dois anos tínhamos pedido pilaretes, tinham-se partido e foram repostos, entretanto,



já se partiram, mas para lembrar que a Avenida 12 de julho não tem só esse problema, temos o problema dos lancis, onde não passam as cadeiras de rodas, porque tem lá as árvores ou sinais de trânsito, temos o problema das águas pluviais que estão ligadas ao esgoto, há lá certos sítios que cheiram mal, e as águas pluviais estão tapadas com plásticos, e o que acontece quando chove, são destapadas e causam inundações. Temos aquele ribeiro onde tem havido esses acidentes, já tem sido sinalizado, tem vindo para a Câmara vários pedidos também sobre o Ribeiro que temos tido lá muitos problemas e as pessoas têm pedido. Portanto essa parte está bastante sinalizada aqui na Câmara, já há vários anos, e agora em finais de novembro, inícios de dezembro, voltei a solicitar para lá uma rotunda, porque vê-se mesmo que é iminente. Gostava também de trazer um assunto que não tive tempo de o preparar bem, recebi uma carta no dia vinte e nove daqui do município de Albufeira, para a Junta de Freguesia sobre um assunto que eu já tinha deixado aqui com o Senhor Presidente da Assembleia, um parecer da ANAFRE e hoje vou deixar aqui mais uma vez. Agora tive no coloquio da ANAFRE, e tivemos a trocar algumas impressões, onde todas as freguesias, com a lei dizem que os caminhos municipais, pertencem à câmara não estão no abrigo, como a câmara disse, do número sessenta e cinco na alínea ff) número um, do artigo dezasseis, competência da Junta. Portanto, eu já trouxe um parecer de uma entidade, que é a ANAFRE, é uma Associação Nacional de Freguesias, até agora tenho estado à espera que a Assembleia, ou alguém me diga. Solicito ao Senhor Presidente, no mínimo, como tem acontecido com outros casos, traga um parecer onde diga que é da competência das juntas fazer isto. Nós temos trabalhado em conjunto com o Município, não há caminho nenhum que não tenha sido arranjado, mas os nossos fregueses recebem estas cartas, eu pedi um parecer, um esclarecimento à Câmara, que voltou a esclarecer, portanto, diz lá que é veredas, caminhos pedonais. Os caminhos até têm placas toponímicas, portanto, são caminhos municipais, não estou a ver porquê que tem de ser as freguesias. Mas estamos a fazer e continuamos a fazer, não tem qualquer problema, eu acho é que isso deveria de estar no nosso contrato interadministrativo . Outra coisa que tem vindo a causar no antigo mandato e neste mandato, são as podas das árvores também pedi um esclarecimento e também me disseram que a poda das árvores são competência dos municípios, muitas delas até foram plantadas pelo município, ou empreitadas dos municípios. É para lembrar que cada corte de árvore, das pequenas, são sessenta e cinco euros e cada corte de árvore grande são cento e trinta. Só a avenida 12 de julho



tem quatrocentas e trinta. O contrato interadministrativo que nós tínhamos a verba não chegava quase para isso. Portanto, nunca pode estar no contrato, e não está lá em sítio nenhum, gostava que tivessem também isso em atenção, porque estamos a falar de verbas enormes que estão a sair. Vou deixar com o Senhor Presidente também, a carta que recebi, também a pedir um parecer a uma entidade onde nós ficamos esclarecidos. Eu penso que, até era bom, a Câmara Municipal rever os contratos administrativos, colocar a deservagem, já não conseguimos fazer como deve de ser com as verbas que temos. Não é só a minha freguesia, acho que as outras freguesias já têm alertado para isso, portanto, acho que temos de ter isso em conta e estamos todos a trabalhar para a população, no fundo, nós estamos a pedir pelo bem-estar da população e dos fregueses.” -----

Presidente da Assembleia: “Só para informar que já falei com o Senhor Presidente da Câmara e irei entregar então o parecer e a carta relativamente a este assunto.” -----

Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, em primeiro lugar, a bancada do Albufeira Prometida quer mandar um cumprimento especial, o nosso colega Raúl, que está a recuperar de uma cirurgia, desejamos-lhe as rápidas melhoras. Em segundo lugar, queremos dizer ao executivo que a passagem de ano dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro foi bem conseguida, o palco era imponente, atrativo ao nível de um grande evento nacional ou internacional. O concerto foi realmente muito bom e o espetáculo de fogo de artifício com aviões também foi bonito de se ver, contudo, Senhor Presidente, não há bela sem senão, não podemos deixar de salientar que o investimento no evento foi bastante elevado e que saiu, naturalmente, dos cofres do município. Em terceiro lugar, mas não menos importante, aliás, até mais prioritário, tenho de falar do estado das nossas ruas, estradas e passeios que têm vindo a degradar-se a olhos vistos por todo o concelho, são visíveis buracos e abatimentos que colocam em causa a segurança rodoviária. Apesar de saber que o executivo tem em mente intervir em algumas zonas, como o Senhor Presidente já disse publicamente, chegaram ao fim de vida, contudo, a verdade é que é necessária uma intervenção urgente e em praticamente todas as ruas, estradas e passeios. Pedimos por isso, Senhor Presidente, uma especial atenção para esta situação, porque Albufeira, para ser um destino de emoções, tente ser agradável à vista todos, com a estradas, ruas, e passeios e boas condições de circulação. Não posso terminar a minha intervenção sem deixar de dizer que a falta de assistentes operacionais ainda não está resolvida por



este executivo, lembrando que este assunto foi trazido pela bancada do Albufeira Prometida desde setembro, portanto, desde o início do ano letivo, e infelizmente, já no segundo período deste ano letivo, naturalmente, ainda não está solucionado, portanto, também pedimos aqui uma especial atenção para esta problemática. Muito obrigado." --

Carla Madeira: "Muito boa noite a todos, queria reforçar aqui só duas coisas em relação ao canil. Eu já tinha colocado essas questões aqui anteriormente, inclusive no dia dois fiz chegar ao Senhor Presidente e à senhora Vereadora, internamente um pedido de esclarecimentos acerca do porquê daqueles animais continuarem nas boxes lá abaixo, onde apanham chuva e estão ao frio, quando já temos o canil pronto e que eles poderiam ser colocados num sítio mais agradável, digamos. Continuo à espera dessa resposta, gostava de ter pelo menos a parte do cemitério, já que a senhora Vereadora também já respondeu a algumas das questões, só lembrar que não vejo porque é que temos de esperar que venham dois veterinários para colocar os animais lá em cima. A outra questão tem a ver que o estacionamento na escola em Paderne, efetivamente aquilo é um caos e também já disse isso aqui, queria que o Senhor Presidente, ou o senhor Presidente da Junta vissem naquele espaço do estacionamento que estão ali a cinquenta metros de um lado ao outro, temos três paragens de autocarros e essas três paragens de autocarros equivalem a sensivelmente oito lugares de estacionamento. Ora isto quando aparece lá a GNR e a escola segura é sempre uma carga de trabalhos, porque eles não deixam parar lá, portanto, eu penso uma paragem era suficiente ou senão com horários, porque há muitas vezes, nós queremos parar, o autocarro já foi embora e eles não deixam, portanto, queria que seguisse essa situação, porque é mesmo muito difícil." -----

Margarida Guilherme: "Muito boa noite, ao longo de cerca de dois anos que estou aqui, eu tenho escutado atentamente, em especial, ficamos sempre pressuponho eu, muito tocados com as questões que vêm através dos municípios e surgiu-me hoje esta questão, aliás, já me surgiu várias vezes, mas hoje tenho que vos dizer, porque é que estas questões que aqui chegam, algumas de tanta gravidade, por parte de famílias com dificuldades nas escolas, o ensino especial, o centro de Saúde, por exemplo, hoje em Paderne, esta questão dos do estacionamento, a questão da falta de computadores na Escola de Ferreiros, etc, porque é que estas questões, esta não é uma questão para o Senhor Presidente da Câmara, será para os Senhores Presidentes de Junta, porque é que estas questões não nos chegam aqui? Eu não ouço normalmente os senhores



Presidentes de Junta com estas questões. Parece-me que se elas chegassem através dos senhores Presidentes de Junta, elas poderiam ser resolvidas, se calhar, mais cedo, de forma mais, não sei, mais consciente e sem chegarem a esta gravidade. A minha sensação é que quando as pessoas aqui chegam, já chegam com as questões num estado muito avançado de gravidade social. Gostaria que as questões, não sei, se calhar, é culpa dos munícipes, não vão dizer às Juntas o que se está a passar, mas a minha questão é também os senhores Presidentes de Junta, não têm conhecimento destas situações? É por isso que não as trazem aqui?" -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, na minha intervenção quero partilhar duas situações que aconteceram comigo e que ninguém me contou. A primeira situação tem a ver com um projeto do qual faço parte, onde levamos alunos com necessidades educativas especiais às piscinas municipais para desenvolver atividades no meio aquático. Há duas semanas, realizamos as atividades de manhã nas piscinas, como é habitual, e tive conhecimento que as piscinas encerraram ao final do dia. Oficialmente, ninguém nos avisou do encerramento e só sei do sucedido por portas e travessas e através dos órgãos de comunicação social, ou seja, que as piscinas estavam encerradas por terem detetado nas análises a bactéria legionella. Na semana seguinte, sem que ninguém nos comunicasse ou avisasse que não havia aulas e preocupada com situação, uma vez que não me foi transmitida qualquer informação sobre o assunto e considerando que tanto eu, como os meus alunos que estiveram comigo, estivemos naquele meio, de alguma maneira expostos, decidi ligar para as piscinas e perguntar se estavam abertas a funcionar. Nesse dia, informaram que as piscinas estariam fechadas, pelo menos até ao dia vinte e seis de janeiro. O mais interessante é que uma hora depois do meu telefonema recebo um email do senhor coordenador a dizer que as piscinas estavam encerradas até ao dia vinte e seis de Janeiro, porque estavam em manutenção. Manutenção Senhor Presidente? As piscinas não estão encerradas para manutenção, isso não é verdade, estão encerradas por ordem da delegada de Saúde e, naturalmente, por uma questão de saúde pública e higiene sanitária. Senhor Presidente, há muito tempo que não faço qualquer intervenção sobre as piscinas, porque nos últimos tempos, temos vindo a observar que o executivo está empenhado em melhorar os espaços desportivos e as condições da prática desportiva, fruto dos sucessivos alertas que Albufeira Prometida tem vindo a fazer. No entanto, relativamente a este assunto, não posso deixar de dizer que é uma falta de consciência



e de responsabilidade por parte de quem coordena as piscinas, não informarem efetivamente os utilizadores do que se está a passar. Soubemos que os funcionários se mantiveram nas instalações das piscinas, apesar de se encontrarem encerradas, será que deviam estar? Com certeza que existe um protocolo de atuação nestas situações para agir rapidamente, para informar, proteger, despreocupar e não causar alarido na comunidade que regularmente frequenta as piscinas. Posso adiantar que, na última semana tenho tido crianças doentes, com febre, gripe, diarreias e tosse, sintomas que podem estar associadas à bactéria. Pergunto, se está a ser feita alguma monitorização pelas autoridades de saúde? Que procedimentos estão a ser realizados? E, Senhor Presidente, não acha que os utilizadores devem ser informados do que realmente se passa nas piscinas? Relativamente à segunda situação, esta é caricata, na semana passada, dirigi-me ao edifício de Vale Pedras, aos serviços administrativos e enquanto estive no gabinete a dar entrada de documentos, apercebi-me de um cheiro horrível a esgoto. Pergunto, Senhor Presidente, como é que aqueles assistentes administrativos conseguem trabalhar nestas condições oito horas por dia? Acha que estas pessoas têm boas condições de trabalho? Digo-lhe que não, pois estive no gabinete apenas quinze minutos e eu própria não aguentei aquele cheiro insuportável, fiquei agoniada e certamente que não aguentaria estar oito horas a trabalhar com o cheiro a esgoto. Peço-lhe que verifique esta situação e que tome as devidas diligências para melhorar as condições de trabalho destes funcionários." -----

Helena Simões: "Boa noite a todos, na qualidade de, para este tema, representante da bancada do PSD/CDS gostaria de dar a conhecer aos demais que, em tempo da discussão pública, esta bancada deu entrada de contributos no que concerne a dessalinizadora, obviamente, tendo em consideração a importância dos recursos hídricos, obviamente, tendo em consideração a importância da obra e o facto de ser estruturante para o Algarve, mas não também deixando de ter um sentido crítico, construtivo no impacto que tal poderá ter em Albufeira. E os contributos foram no sentido de a gestão face à descarga da salmoura, eventuais consequências para o ecossistema marinho e impacto turístico para o concelho, foi também face à memória descritiva do documento e é bastante técnico, conclui-se que o local de descarga da salmoura não teve em consideração as eventuais correntes marítimas, ou seja, a descarga poderá fazer com que volte ou vá para sítios onde inicialmente poderia não está previsto, porque não teve em consideração as correntes. O contributo foi também



no sentido de aumentar o tubo de encaminhamento da salmoura, e esse encaminhamento para junto do coletor da água. Foi também no sentido de chamar a atenção de que a produção de ruído terá de obedecer ao regulamento camarário, até porque houve aqui uma senhora há bocado que destacou o facto de viver lá próximo e não saber as consequências, e o ruído é sempre algo como temos vindo a ver nesta Assembleia, que cria transtorno na vida das pessoas. Também para nós poderá ser novidade, para nós Portugal, este tipo de projetos, mas existem países onde já não o é, e em muitos desses países há o reaproveitamento da salmoura, neste caso, não foi tido em consideração o reaproveitando da salmoura. Era isto que gostaríamos de vos dar a conhecer, como referi, como uma crítica construtiva, não o bota-abaixo." -----

Paolo Funassi: "Queria publicamente agradecer o deputado à Assembleia da República e Vice-Presidente Nacional do Partido Chega, Senhor Pedro Frazão, e também deputado à Assembleia da República eleito pelo partido Chega Filipa Melo, por terem publicamente criticado o nosso projeto de mais e melhor inclusão e integração dos estrangeiros na sociedade e instituições e política albufeirense. Quero dizer que estamos no bom caminho, que somos uma posição cultural credível, forte e ativa face às políticas do partido Chega. Quero dizer aos albufeirenses todos que as próximas eleições serão as mais importantes dos próximos vinte e cinco anos, que a escolha que farão em dois mil e vinte e cinco será determinante para a Albufeira que queremos deixar às próximas gerações. Albufeirenses saiam da vossa zona de conforto e deem uma demonstração da consciência popular, não fiquem aguardando um milagre, porque eles vêm para tirarmos os vossos sonhos e o futuro de Albufeira. Queria também sorrindo dizer que, quem mais tem de se preocupar com a crescida do Chega são os partidos atuais, porque vão perder lugares, posições e poder, portanto, peço que eles também tentem travar este crescimento desta força, obviamente, que tem política alheias e não de inclusão, porque há dois modelos no próximo futuro ou de inclusão ou de exclusão. Obviamente, nós somos um nacionalismo de inclusão, quando falo em nacionalismo albufeirense que sempre falei e citei aqui é um nacionalismo de pontes e não de muros." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, quatro pontos, o primeiro para enaltecer aquilo que foi a grande aposta do executivo no nosso fim de ano, que marcou de forma muito positiva aquilo que é essa época a nível nacional e também a nível internacional, teve um impacto brutal nos meios de comunicação social e certamente que também um



impacto muito significativo na nossa economia. O segundo ponto para enaltecer aquilo que é a reestruturação do site do município, que me parece que está efetivamente muito mais funcional, muito mais agradável naquilo que é as buscas que efetivamente necessitamos diariamente de fazer, nós enquanto deputados municipais ou outros, enquanto profissionais ou desempenhando qualquer outro tipo de função, está realmente muito mais funcional. Gostaria de deixar também neste âmbito, uma sugestão que diz respeito àquilo que é a secção correspondente a esta casa, naquilo que é a documentação que deve ser anexada, a uma parte que foi bem criada e que são moções, e que se encontra neste momento vazia, mas calculo por aquilo que é ainda o site ser relativamente novo, muito jovem e, portanto, certamente que haverá sensibilidade para incluir nessa parte, as moções e os documentos importantes que por aqui passam. O terceiro ponto para vos dar conhecimento, calculo que o senhor Presidente da Assembleia tenha recebido uma Moção que teve como primeiro subscritor eu próprio que foi apresentada na Assembleia Intermunicipal da Amal, no que diz respeito ao mau desempenho da Algar na recolha dos resíduos recicláveis, um tema que a bancada do PSD/CD já aqui trouxe e que eu fiz também chegar por intermédio da bancada do PSD à Assembleia Intermunicipal e que teve a aprovação por unanimidade, com o contributo noutra bancada e, portanto, parece-me que é relevante referir aqui esse tema, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que por obséquio que faça chegar aos deputados desta casa essa mesma moção, para que dela tenham conhecimento. Outra questão e a última questão, diz respeito àquilo que é os temas que aqui foram apresentados pelos munícipes, com toda a legitimidade que têm de o fazer, realçando um ponto que me parece importante, a comunicação entre os diretores das escolas e o executivo. Porque muitos dos temas que eu aqui ouvi certamente que se tivesse havido a transmissão desses temas, à senhora Vereadora ao Senhor Presidente, eles estariam resolvidos. Alguém aqui perguntou se um determinado agrupamento, ainda tinha uma presidente ou um presidente, e isso é efetivamente importante realçar. Portanto parece-me a mim que muitos dos temas que aqui foram apresentados e com o devido respeito, se tivesse havido uma melhor comunicação por parte de quem representa a escola para com este executivo, já estariam resolvidos. Tenho dito, muito obrigado." -----



Presidente da Assembleia: “Queria desde já referir que pedi à nossa assistente, à nossa colaboradora, para fazer chegar a moção que referiu da Assembleia Intermunicipal a todos os deputados desta Assembleia Municipal”. -----

Domingos Coelho: “Boa noite a todos, três questões que gostava de colocar. A primeira diz respeito aos cabazes de Natal, houve pessoas a quem foi atribuído o cabaz e que não levantaram. Disseram-me que provavelmente, esses cabazes seriam entregues a uma instituição, gostava de saber qual. Em relação ao Plano Municipal de Ação Climática, que é um plano que decorre da Lei de Bases do Clima, sobre a sua importância, não vale aduzir muita conversa, porque as alterações climáticas com a escassez de chuva, as ondas de calor, os incêndios aí estão. A minha pergunta é se este plano está a ser executado, em que ponto é que está? Porque ele é obrigatório ser preparado e aprovado pelos municípios e quais são as grandes metas que o executivo aponta para a execução deste plano? Outra questão tem a ver com o Giro, há um par de meses que entraram em funcionamento novas rotas, novas linhas, já foram aqui levantadas algumas questões sobre, digamos que algum mau funcionamento em algumas situações, eu próprio já sugeri aqui que na linha que passa pelo Cerro da Águia, que a paragem que está quase em Patroves que deveria, na minha opinião, situar-se junto às instalações da Câmara, onde fica também ali o ecoponto, e até hoje isso não aconteceu e o que eu constato é que muitas das linhas andam com poucas pessoas, poucos passageiros, eu penso que se deveria fazer um esforço de publicitação, de melhoria dos horários e também a criação ou construção de abrigos nestas novas linhas, ou seja, no inverno, não chove todos os dias, mas chove de vez em quando, ou devia chover mais, mas o que é certo é que quando chove, as pessoas estão à chuva.” ---

Luna Silva: “Boa noite a todos, face ao artigo trinta e cinco do Regimento, irei fazer aqui uma pequena contra-argumentação ao que foi dito aqui pelo meu colega Paolo Funassi, que fez uma intervenção, não com o meu nome, em causa, mas o nome do partido Chega, que é o partido pelo qual eu fui eleita e como deputada eleita, cabe-me a mim vir aqui fazer uma defesa da honra, e começo por referir que contesto e condeno a sua conduta, senhor deputado, e pelas razões que vou enunciar. Primeiro convidava o meu colega, senhor Paolo, a ler as competências de uma Assembleia Municipal previstas no artigo sete do Regimento, para chegar à conclusão de que a sua intervenção não se enquadrava em nenhuma dessas funções. Segundo, está a dirigir-se diretamente a dois deputados da nação da Assembleia da República, que não estão



presentes nesta sala e não se podem defender, logo a sua intervenção foi de uma tamanha deselegância e foi desajustada à realidade desta Assembleia e, por fim, quero dizer aqui ao senhor Paolo Funassi o seguinte, quando o senhor está sentado nessa cadeira e quando vem falar ao microfone, o senhor está a representar os munícipes, o senhor está a representar as pessoas que o elegeram para fazer a voz daquelas pessoas que não podem estar aqui. O senhor não pode usar a sua qualidade como deputado para vir fazer campanha política do seu movimento político, da sua esfera pessoal. Tenho dito." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite a todos, venho aqui hoje colocar duas questões, ao Presidente da Câmara Municipal, Doutor José Carlos Rolo, a primeira parte da minha intervenção tem por base as grandes opções do plano, GOP, nomeadamente nos projetos que a seguir vou identificar, o projeto cento e vinte e dois, construção de um armazém para a freguesia de Albufeira e Olhos de Água, projeto cento e vinte e três, construção de um armazém para a freguesia de Ferreiras e projeto cento e vinte e cinco, ampliação de um projeto para a freguesia de Paderne. Vou agora tentar que vocês me entendam, eu estou convencida que sim, da minha indignação e por isso cá estou. O financiamento para a construção de um armazém para a freguesia de Albufeira e Olhos de Água consta no documento que foi entregue, cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco euros, deste montante já há um cabimento de vinte e sete mil seiscentos e quarenta e quatro ponto vinte e cinco, no projeto cento e vinte e três, que é a construção de um armazém para Ferreiras, pasme-se, está escrito no documento duzentos e cinquenta e cinco mil novecentos e dez euros e no cabimento constam vinte e nove quinhentos e oitenta e um ponto cinquenta. No projeto cento e vinte e cinco, o financiamento para Paderne são cento e cinquenta mil euros e também já está no cabimento vinte e sete mil seiscentos e quarenta e quatro vinte e cinco, tal como está para a freguesia de Albufeira e Olhos de Água. Os números aqui apresentados na minha opinião, revela uma enorme desigualdade, injustiça e falta de sensibilidade para com esta junta, uma vez que estamos a falar de juntas de freguesia com realidades, necessidades, há áreas, número de eleitores e número de residentes completamente diferentes. Não podemos esquecer nunca que a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água nasce da junção de duas freguesias e, na altura, nenhuma delas tinha um armazém. Com a agregação destas duas juntas de freguesia, a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos



de Água, tornou-se a maior junta do concelho de Albufeira, sendo também uma das maiores a nível do Algarve, aumentando assim as necessidades e exigências no seu dia a dia. A junta que represento aqui hoje não possui um espaço, não possui um terreno, não possui um armazém que possa servir de base ao trabalho que os nossos operacionais têm diariamente e para colmatar esta situação, a junta alugou uma garagem e paga mensalmente mil e quinhentos euros. O trabalho dos operacionais envolve maioritariamente a utilização das máquinas de viaturas, equipamentos e materiais em necessidades recorrentes, como é o caso da manutenção, e agora aqui relembro a delegação de competências, a manutenção de pequenas reparações de todas as escolas do primeiro ciclo e jardins de infância. Eu dou aqui o número, são oito no seu total e nós temos, neste momento, dois mil nos alunos, alunos esses, como crianças que são, causam às vezes aquilo que todos nós sabemos e, portanto, é necessária realmente uma intervenção rápida dos nossos operacionais. Fazemos às vezes também, porque as pessoas pedem e dizem que a câmara demora muito tempo a fazer, a colocação ou substituição de espelhos em cruzamentos, limpeza e arranjos de caminho também se faz. O meu tempo vem dentro do tempo dos deputados? Pronto, ok, as necessidades que nos são colocadas diariamente, só é possível dar resposta se nós tivermos espaço condigno, um espaço condigno para os operacionais que andam lá fora, como espaço condigno para os operacionais que trabalham lá dentro. Esta situação já foi inúmeras vezes reportada a Câmara Municipal e há registos e há ofícios enviados à Câmara Municipal desde dois mil e dezanove e até agora, eu não tive resposta nenhuma. Para mim que Ferreiras tenha o montante que tem, ótimo e fico satisfeita, mas não comparem, porque só podemos comparar o que é comparável, isto também em relação à freguesia de Paderne, considerando que a freguesia não tem e não dispõe de terreno para efeito, considerando que a freguesia serve mais de vinte e cinco mil cidadãos eleitores e ronda os quarenta mil habitantes, considerando a existência de discriminação, dualidade de critérios em relação às freguesias, uma vez que já possuem armazéns e logísticas, contudo, são contempladas com verbas semelhantes, ou mesmo superiores com vista aos mesmos fins. Solicito então, em articulação com a Assembleia Municipal, a sensibilização para que seja aprovada em reunião orçamental nas grandes opções do plano, uma revisão mais ponderada e adequada às nossas necessidades. É meu entendimento e peço a compreensão da Câmara para o facto de a fundamentação apresentada partir de uma visão global em que todas as juntas de



freguesia estão envolvidas por força da sua natureza e missão, logo devem ser tratadas como iguais. É meu dever alertar esta situação para com os habitantes da freguesia de Albufeira e Olhos de Água. Só para terminar, a segunda parte na minha intervenção tem a ver com deservagem. Em agosto de dois mil e vinte e três, eu enviei um ofício à Câmara Municipal pedindo um reforço de verba, até agora não recebi resposta." -----

Carlos Quintino: "É um ponto de ordem à Mesa, mas em formato de pedido de esclarecimento. Porquê? Parece-me a mim que os tempos de intervenção dos senhores Presidentes de Junta, e reparem que, a nossa bancada tem um Presidente de Junta e a vossa tem três, mas não é isso que está em causa, o que está em causa é aquilo que é algo justo, e parece-me a mim que os tempos de intervenção dos senhores Presidentes de Junta não devem ser contabilizados dentro daquilo que são os tempos de intervenção das bancadas, porque os senhores Presidente de Junta estão por inerência nesta casa e, portanto, eu fazia só para já, em termos de pedido de esclarecimento à Mesa senhor Presidente." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor deputado, os senhores Presidentes de Junta são eleitos efetivamente por inerência, mas depois são membros desta Assembleia, são membros efetivos desta Assembleia e são membros do grupo que os elegeu e, portanto, nesse sentido, uma vez que nós contabilizamos aqui tempos para os vários grupos os políticos, para as várias forças políticas, os senhores Presidentes de Junta pura e simplesmente fazem parte, aliás, eu referi já também aos senhores Presidentes de Junta do Partido Socialista, que estão a falar no âmbito do tempo que é antes da ordem do dia, no tempo que é dedicado a cada uma das forças políticas." -----

Carlos Mendes: "Tenho dois pontos para falar, mas um deles é sobre o nosso deputado Paolo Funassi, tenho pena de ele estar há poucos anos em Albufeira, tenho pena de ele viver há poucos anos no Algarve, tenho pena de ele não ter assistido a um árabe que trabalhou comigo na Câmara há mais trinta anos, tenho pena deste homem não ter visto ingleses a jogar à bola comigo, tenho pena deste homem ainda reclamar que as pessoas precisam ser integradas em Albufeira. Você não precisa que as pessoas sejam integradas, você precisa é de tachos. Segundo ponto, ouvi falar aqui, e eu com dinheiros públicos, posso ter os meus defeitos como todas as pessoas têm, ninguém é perfeito, mas quando toca a dinheiros públicos, é preciso ter cuidado e não nos esquecermos de onde viemos, eu não me esqueço de onde vim e das necessidades que



tive. Como é que é possível, e pergunto à senhora Presidente de Junta, há quantos anos que paga mil e quinhentos euros por mês para ter uma arrecadação para a sua junta de freguesia? Quatro anos, isto é muito dinheiro, isto só é bom para quem? Só sei para quem é que isto é bom, é só para uma pessoa, para o arrendatário. Para nós é impossível que seja bom. Temos que arranjar soluções, não se pode gastar dinheiros públicos desta forma, a enriquecer uns para tirar do erário público, não pode, desculpem lá, mas não pode.” -----

André Lima: “Boa noite a todos, para saudar todas as intervenções dos munícipes que cá estiveram, fico feliz por ver Albufeira viva e reivindicativa, como eleito desta Assembleia, sinto-me muito bem representado pelos nossos eleitores e não me parece, independentemente de qualquer falha de comunicação, ou qualquer possibilidade de comunicação de agrupamentos para a escola, ou seja para onde for, acho que este é um dos sítios e momentos certos para as pessoas virem dar as suas preocupações, por isso, mais uma vez saudar quem cá esteve. Depois ainda dentro deste tema das pessoas que vieram cá intervir, como membro da comunidade educativa e tenho este interesse também como professor, como pai, tenho de reforçar mais uma vez ao Senhor Presidente, a importância da luta decorre desde de sempre, mas de forma muito mais assertiva desde o último ano e meio de todos os profissionais da educação, confio que o Presidente Rolo, como professor que nunca deixará de ser, assim como a Vereadora do Pelouro e o resto da Câmara, tudo farão que estejam ao seu alcance para ir de encontro a estas reivindicações no que seja possível. Obrigado.” -----

Domingos Coelho: “Só queria recordar que na penúltima Assembleia, eu fui impedido de continuar a minha intervenção, porque tinha excedido o tempo e nesse tempo estava as intervenções dos Presidentes de Junta, ou seja, os Presidentes de Junta sempre intervieram no global do tempo do grupo municipal.” -----

Helena Simões: “Eu recordo que o tempo antes da ordem do dia, são sessenta minutos ao todo, sendo que com incremento para um minuto e meio dos deputados não inscritos a totalidade do tempo consumido por deputados ficaria nos cinquenta minutos, sobriam dez minutos para o Presidente da Câmara, sendo que o mesmo nunca o cumpre por respeito à função em que está. A única coisa que se pede, é que seja dado o mesmo respeito aos Presidentes de Junta e aqui não está em causa se nós temos um e o PS tem três, a realidade é que muitos dos assuntos confinam, como vimos aqui pelas temáticas, confinam com questões e pelouros que eles lidam diariamente e em



proximidade. E não me parece correto estar a cortar a palavra aos Presidentes de Junta então, se calhar, impera novamente o regulamento descer a uma comissão e retirar, expurgar os tempos dos Presidentes de Junta dos tempos dos deputados, já com o entendimento do Presidente da Assembleia Municipal a esse." -----

Presidente da Assembleia: "Deputada Helena Simões, lembrou-se agora, ao fim de dois anos, de levantar uma questão que nunca foi levantada. Sempre os Presidentes de Junta falaram no tempo em que cabia a cada uma das forças políticas, portanto, se é justo ou injusto, é outra questão. Agora, o que é facto, é que, temos um regimento para cumprir e, portanto, se se lembram de cada vez que há uma situação nova, alterarmos o regimento, estamos cá para o fazer, mas pura e simplesmente temos que cumprir o Regimento que está em vigor. É a senhora deputada que diz e que passa a vida a dizer que o Presidente da Mesa e a Mesa têm de cumprir o Regimento e, neste caso concreto, parece-me que estamos a cumprir o Regimento e iremos cumpri-lo até que o mesmo seja alterado." -----

Helena Simões: "Perdoe-me que lhe diga Presidente, não me lembrei, não acordei para aqui virada pura e simplesmente apercebi-me hoje, ainda na intervenção do Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras e tive o cuidado de fazer a observação para o meu colega que está na Mesa e dizer que o tempo dos Presidentes das Juntas não deveria ser retirado da parte dos deputados, antes sequer de intervenção da professora Indaleta, mas digo e repito, não me lembrei, não acordei deste lado da cama, é porque da forma como põe as coisas, parece que eu de repente apeteceu-me chatear, não. Não acho correto, acho desrespeitoso, acho que os mesmos estão exercício de funções, estão por inerência e não lhes deve ser cortada a palavra desta maneira." -----

Presidente da Assembleia: "A senhora acha que devemos incumprir o Regimento. Quer dizer, eu estou aqui para fazer cumprir uma coisa que aprovamos todos, o Regimento, e não é um dia que se lembra que devemos alterar, porque devemos flexibilizar, então não devemos ter regimento, devemos falar quando entendermos." -----

Luna Silva: "A 4 Sea International Academy é um projeto da responsabilidade da Martrain, uma cooperativa sem fins lucrativos, vocacionada para a formação e prestação de serviços no setor marítimo e portuário, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Albufeira, que cedeu a título gratuito, por um período de quarenta anos, quatro hectares dos terrenos da antiga facial, onde irão ser



construídas instalações do centro de formação. O mais moderno centro de formação ligado à economia do mar a ser criada em Portugal, tem um custo de cinco milhões de euros, dependente de aprovação do projeto a fundos europeus. De acordo com o site base.gov, desde o ano dois mil e dezanove até ao ano de dois mil e vinte e três foram realizados diversos procedimentos de contratação pública, entre a atividade de adjudicante Martrain e várias empresas adjudicatárias, inclusive pessoas singulares, com vários objetos de contratação, nomeadamente serviços técnicos de assessoria na área da contratação pública, prestação de serviços para elaboração dos projetos de execução de arquitetura, prestação de serviços de consultadoria em gestão e projetos, empreitadas, prestação de serviços de assessoria especializada de acompanhamento à gestão formal e financeira de projeto, entre outras, ao total, todas estas contratações públicas já ascendem o montante de três milhões e quinhentos mil euros. Sobre o tipo de procedimento, entre onze contratações seis foram feitas por ajuste direto, quatro por consulta prévia e apenas uma por concurso público. As minhas questões, senhor Presidente, cingem-se nas seguintes: do valor deste projeto cinco milhões de euros, houve alguma participação financeira por parte da Câmara Municipal? Se houve, qual é que foi o valor?" -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Só para dar resposta à minha colega Indaleta, para dizer que o armazém da Junta de Freguesia de Ferreiras tinha sido uma promessa, um acordo no último orçamento que já passou, que não foi feito, toda a gente sabe, havia três ou quatro obras que eram para ser feitas e nenhuma delas foi feita, não sei como é que ficaram as de Albufeira, provavelmente foram feitas. Para lembrar que os IMIs, sessenta mil euros, cálculos feitos pelo antigo presidente que estive lá e que comunicou à Câmara e a Junta de Freguesia, sessenta mil euros estão a ir para os cofres da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, entre outras coisas, portanto, eu gostava de fazer lembrar quais foram as últimas obras que foram feitas na minha freguesia, nos últimos seis anos? E quais foram as que foram feitas aqui na freguesia de Albufeira e Olhos de Água? Albufeira e Olhos de Água realmente merece um armazém, mas também fazia lembrar que, foi nesta Assembleia, que o Senhor Presidente que está ali, prometeu fazer à Junta de Freguesia de Ferreiras portanto, isso está a gravado, podem ver, e até agora, nem sequer vejo nada para a Junta de Freguesia de Ferreiras. Tenho um gabinete que é um corredor, quando estou lá reunido estamos lá mais três ou quatro pessoas, quando quero reunir com um



munícipe não tenho privacidade, não consigo falar com ele, ou mando sair as pessoas, ou então tenho de fechar a porta à chave, não tenho gabinete. Podem perguntar às funcionárias da junta de freguesia, se a junta de freguesia tem condições para funcionar assim? Era só isso, ainda tinha muito mais para falar, gostava de relembrar só estes pontos." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, em primeiro lugar, só responder à senhora deputada do MIPA, em relação àquelas questões que muitas vezes são colocadas pelos munícipes aqui, o que acontece muitas vezes é que nós falamos diretamente tanto com o executivo e com o Senhor Presidente também, ainda na semana passada tive uma reunião e, por vezes, nós não trazemos aqui estes problemas, mas são problemas que afetam todas as freguesias. Em relação a sombras, não foi nada falado daqui diretamente da freguesia da Guia, mas para vos dizer que, em relação a sombras nas escolas da nossa freguesia, fizemos um pedido há quatro anos e estamos a aguardar. Julgo que este ano essa sombra vai ser construída. Em relação à minha colega Indaleta, o que disse, realmente todas as nossas juntas precisam de novos edifícios, novos armazéns, é pena que a Guia não estava naquela equação, mas também quero colocar a Guia naquela equação, porque a Guia também o merece. Precisamos de uma freguesia nova, como o Senhor Presidente já o sabe, a nossa sede é muito limitada, temos dois ou três gabinetes, depois temos umas escadas com alguns sessenta degraus, algumas pessoas não conseguem subir, e toda a gente sabe que é a junta que tem menos condições. Dizer também que a nossa freguesia é a segunda mais rica do concelho de Albufeira, que traz mais riquezas para o município, tanto a nível de hotelaria, temos hotéis cinco estrelas, quatro estrelas, a nível de comércio, não temos muitos habitantes, é verdade, mas temos uma grande área turística, temos muitas dormidas, muito alojamento local e também precisamos do apoio da Câmara Municipal."-

Carlos Quintino: "Eu não quis tirar a vez a ninguém, eu não me apercebi foi que já estaríamos à frente do ponto, estava a falar sobre aquele ponto e voltarei àquele ponto, para dizer o seguinte, não vale a pena estarmos aqui com rodeios, nem se lembrou agora, nem vem agora, isso interessa pouco. O senhor está aqui para cumprir o Regimento e estou aqui para garantir que estas Assembleias são dinâmicas e por aquilo que é o mais justo. E o mais justo é os Presidentes de Junta terem o seu tempo de falar e não serem interrompidos e, portanto, a bancada do PSD/CDS vai propor uma alteração regimental neste sentido." -----



Presidente da Assembleia: "Senhor deputado é exatamente isso, é propor uma alteração e depois dessa alteração ser aprovada, então seguiremos com o que for determinado, não é o que se entende hoje ou amanhã, é aquilo que está no Regimento. O Presidente é acusado de não cumprir o Regimento, e depois é acusado quando o cumpre. Quando ele for alterado, naturalmente, será cumprido em conformidade com aquilo que os senhores acham que é justo. -----

Presidente da Câmara: "Em relação aos cabazes de Natal que sobraram, foram entregues a duas ou três IPSS do concelho, portanto, distribuído mais ou menos proporcionalmente por cada uma delas, Centro Paroquial de Paderne, Santa casa da Misericórdia, Fundação António Silva Leal e AHSA. Já o ano passado assim aconteceu, o número reduzido que sobra não é muito significativo. Relativamente ao Plano Municipal de Ação Climática está em fase de contratualização com uma empresa externa, para se fazer o diagnóstico e depois tomar as medidas em termos de consequência daquilo que for o diagnóstico e daquilo que for as perspetivas, não só do Plano Municipal, mas também no Plano Distrital e até do Plano Nacional, tem de estar perfeitamente inseridos nesses planos. Depois, relativamente à questão do Giro, o Giro quando começou havia uma rede muito mais curta daquilo que é agora. Naturalmente, e com certeza que haverá situações que urge e que há de se resolver. Não nasce tudo certo à primeira, porque a rede aumentou grandemente em número de quilómetros, vai às Açoteias, vai à Guia, vai ao Cerro da Águia, às Fontainhas por aí fora, portanto, há de haver situações ainda que, apesar de algumas terem sido modificadas, quer em termos de paragens, quer em termos de outra situação qualquer que seja, à medida que as pessoas vão apresentando as suas sugestões ou suas preocupações, imediatamente é passado para o departamento que trata disso e algumas delas são contempladas, outras não. De qualquer das maneiras, penso que é perfeitamente possível haver essas alterações, o engenheiro Batalha com certeza que já registou essas preocupações da sua parte. A questão da deputada Luna Silva, da Martrain, as contratações que fez são da única e exclusiva responsabilidade deles, não tem nada a ver com o município, não estava nada a ver com a Câmara. Não sei se foram três milhões de euros, se foram um milhão, tenho algumas dúvidas que tivesse sido três milhões de euros. Estou a dizer que tenho dúvidas, não estou a dizer que não é, que é completamente diferente. Porque a Martrain é uma entidade à parte da Câmara Municipal, a Câmara Municipal não é sócia da Martrain e provavelmente não vai ser, porque deixou cair o financiamento, não foi



feito no todo, nem uma parte muito pequena e aquele projeto por agora, não vai ser feito, provavelmente, o que pode vir a acontecer, não estou a dizer que vai acontecer, o que pode vir a acontecer é uma reversão do direito de superfície. A Câmara Municipal de Albufeira, há três ou quatro anos não cedeu gratuitamente á Martrain aquele terreno, cedeu em direito de superfície, é uma coisa completamente diferente. Algumas obras eles fizeram lá, quando reverter o direito de superfície, se isso vier a acontecer, com certeza que as obras ficam uma mais-valia para o património do município, obviamente e é isso que provavelmente irá acontecer. Vamos ver o que é que os juristas dizem sobre a reversão, a obrigatoriedade de reverter a questão do direito de superfície, não é da cedência. Já várias vezes foi dito e foi aprovada em reunião de Câmara, um apoio de duzentos mil euros, mais um outro de cem mil euros, são trezentos mil euros, que foram apoios que a Câmara Municipal deu. O que me dizem é que, e eu estou em vias de fazer essa avaliação, quando se estudar a questão da reversão do direito de superfície, o que me dizem é que as obras que lá estão suplantam em muito estas verbas, portanto, não há aqui grande coisa a perder. Esta apoio foi dado pontualmente, precisamente para ver se era alavancada esta questão do processo, que infelizmente, por agora não está em andamento. Relativamente aos senhores Presidentes de Junta, relativamente àquilo que são os orçamentos e conforme a Presidente de Junta de Albufeira e Olhos de Água já aqui disse, e mantenho e direi amanhã, aquilo que for pensado pela junta de freguesia para fazer um armazém com determinada dimensão, com determinadas características, é isso que vai ser feito, não é a questão de estar um valor aqui um valor ali na rubrica orçamental. Como sabem, as rubricas orçamentais são muito voláteis, mudam o valor à distância de uma alteração orçamental, muito facilmente se faz uma alteração orçamental, aliás, a recente alteração orçamental nem carece de ir ao órgão Câmara Municipal nem ao órgão Assembleia Municipal, é feita pelo senhor Vereador do pelouro, portanto, a qualquer momento, quando para executar um determinado projeto que a senhora Presidente de Junta, com certeza, irá dizer o que é que quer, os seus serviços já sabem disso, com certeza que vai ser feito aquele projeto e vai ser municuada e avolumada aquela verba, assim como quem diz para a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, de acordo com a medida que for necessária vai ser feito também para as Ferreiras e para Paderne. Eu não tenho por costume dizer hoje uma coisa e amanhã digo outra, isso não tenho, podem ter certeza disso. Os armazéns e ampliação do



outro, com certeza que irão ser feitos, na altura irá ser feito aquilo que os senhores querem, nem mais nem menos que isso, não é a Câmara que deve e que tem de impor o que é que as Juntas de Freguesia têm necessidade, as juntas de freguesia é que têm de dizer o que é que querem. Com certeza que vai ser durante este ano, pelo menos o início do projeto da empreitada. Depois, a senhora deputada Margarida Guilherme falou sobre a questão de os Presidentes de Junta trazerem algumas preocupações das escolas, algumas carências das escolas, independentemente da bondade dessa transmissão, dessa transmissão de conhecimentos, conhecem a realidade e transmitem-nos aqui, em Assembleia Municipal ou á Câmara, portanto, não é preciso vir aqui à Assembleia Municipal para falar de um assunto de uma pedra que está fora do sítio. O que é certo é que, o que deve haver é reuniões próximas entre as direções dos agrupamentos, é que é preciso ver uma coisa, os agrupamentos têm direções, esses é que são os responsáveis pelas instalações que lá estão. Isto funciona como se fosse um proprietário e um inquilino, o proprietário tem uma habitação e aluga aquela habitação ao inquilino. O proprietário não pode lá entrar cada vez que quer, tem de bater à porta e pedir permissão para entrar, embora a casa seja dele, as escolas são propriedade do município, mas quem faz a gestão quer do pessoal não docente quer do pessoal docente, a Câmara aí não tem nada a ver. Do pessoal não docente, a Câmara tem a ver com a contratação, com os procedimentos concursais e tem a ver com as avaliações e procedimentos disciplinares, e as horas extraordinárias, que já foi falado aqui há pouco. A colocação de determinada funcionaria num determinado sítio, seja na papelaria da escola, seja no bar da escola, seja nas salas para limpar, seja na vigilância é da inteira responsabilidade da direção do agrupamento escolar, e da coordenadora do estabelecimento. Portanto, isso é o sítio ideal para se trazer essas informações, é a comunicação, conforme a senhora Vereadora já disse, que há reuniões de quinze em quinze dias, aí é que os diretores devem apresentar os problemas mais agudos. Não estou a dizer que há algum mal ao mundo se essas informações forem trazidas pelos Presidentes de Junta de Freguesia, de maneira nenhuma, o que interessa é saber que esses problemas existem e muitas vezes não se sabe que os problemas existem e só se sabe aqui. Por isso é que eu digo, não é extremamente importante vir aqui ripostar contra o Presidente da Câmara, contra o executivo municipal, nada disso, o que eu acho que é importante é que as pessoas venham aqui e digam coisas que nós desconhecemos. Algumas desconhecemos, outras falam de situações que não são bem justas, mas há



outras que são justas, são legítimas e acho que são importantes para se saber, porque se não se souber que alguma coisa está mal também não se resolve essa mesma coisa em tempo útil. Sobre estas questões das responsabilidades, o Presidente Jorge do Carmo, isso é uma questão que pode ser reavaliada, as delegações de competências, não apenas uma mas todas, acho bem que isso venha a acontecer. Sobre a deservagem, os Presidentes de Junta agora estão todos a pedir, não é verdade que nunca mais foi dito nada à Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, os serviços estão a analisar, a senhora Presidente sabe bem, para ver se se enquadram os valores que são solicitados. Eu próprio amanhã já vou dar urgência para se resolver esse problema que também já há tempo a mais, já falámos sobre isso. Isso é um assunto que vai ser também reavaliado, porque se todos estão a dizer que não há deservagem porque não têm dinheiro, também recorde e já mostrei aqui há dias um quadro, as Juntas de Freguesia nunca receberam neste concelho tanto dinheiro, como recebem agora, de maneira nenhuma. As Juntas de Freguesia olhem para as atividades que têm, nunca as Juntas de Freguesia aqui há cinco, ou seis, sete ou oito anos faziam as atividades que agora as Juntas de Freguesia agora fazem. E fazem essas atividades porquê? Porque têm meios financeiros e não só, portanto alguma coisa tem de ser dita e tem que ser também revisto. Cada Junta de Freguesia recebeu sensivelmente à volta de, agora não posso precisar, não trouxe o quadro que tinha aqui no outro dia, portanto para se perceber precisamente aquilo que se recebia há cinco, seis, ou dez anos, que era sempre igual praticamente, e para pouco dava e agora verbas completamente diferentes, também as responsabilidades algumas são outras, não estou a dizer que são injustas, e ainda bem que é assim. Relativamente à questão dos cheiros no edifício de Vale Pedras é estranho, é no mínimo com alguma estranheza, porque ainda há dias lá tive, dois dias seguidos, e nenhum funcionário me chamou a atenção disso, nem eu passei por essa situação desagradável, mas vou ver o que é que se poderá passar. Aliás, está aqui o responsável pelas instalações, o senhor arquiteto Rui, com certeza que já tem anotado, para ver o que é que se passa lá. Depois, a questão das piscinas, têm a questão da legionella e quando se trata legionella, evidentemente, tem de ser tratado não a nível amador, mas tem que ser tratado pela delegada de saúde, quer concelhia quer regional. Estamos neste momento à espera de umas análises que vêm até ao dia dois de fevereiro, vamos esperar que essas já sejam negativas para ver se se consegue ultrapassar essa questão, para ser aberto. Não tem sido só aqui, há uma escola no



Espinho, que esteve fechada uns dias precisamente por legionella, há uma escola em Lisboa, uns dias antes precisamente a mesma coisa. Há umas piscinas de Olhão que também já estão há algum tempo fechadas precisamente para essa situação, enfim, são situações que vão ocorrendo, infelizmente e às vezes o virar da esquina." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia nem leitura resumida da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da Relação dos compromissos plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "De acordo com a relação de despachos proferidos, ao abrigo da competência delegada pela excelentíssima Assembleia Municipal no Presidente da Câmara para a assunção de compromissos plurianuais, verifica-se uma consulta prévia de aquisição de serviços de catering com a data de despacho a trinta e um do dez de dois mil e vinte e três e com o preço base de setenta e quatro mil euros ao abrigo do disposto no artigo cento e doze do decreto-lei dezoito barra dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, Código dos Contratos Públicos com a epígrafe, noção de consulta prévia e de ajuste direto, refere que a consulta prévia é o procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente pelo menos três entidades à sua escolha a apresentar propostas, podendo com elas negociar os aspetos de execução do contrato a celebrar. Face ao dito e uma vez que o contrato acima mencionado não se encontra para consulta no site base.gov, pergunto diretamente ao Senhor Presidente quantos serviços de catering é que foram realizados que justifique este valor de setenta e quatro euros?" -----



Presidente da Câmara: "Isso foi na altura da passagem de ano, o efeito, o objetivo era precisamente, todos os intervenientes que tiveram, quer no Paderne Medieval, quer na parte do Carpe Nox, quer no Natal e foram variadíssimos, não sei quantos formam, não vou agora aqui dizer que foram uns vinte jantares ou quinze almoços, não faço a mínima ideia, mas há de ser um valor que depois pode contactar os serviços da Câmara que lhe vou dizer isso com certeza." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento do valor da quota anual a pagar à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais), no valor de 1425€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do Plano de Segurança da Informação para cumprimento do Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento da Revogação da deliberação tomada em reunião de câmara de 03-10-2023, bem como da deliberação da reunião de reunião de câmara de 03-01-2024, relativamente à correção material da Planta de Zonamento da Alteração do Plano de Urbanização da Frente Mar da Cidade de Albufeira (PUFMCA); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto, não é propriamente este caso que vem aqui, digamos à discussão, ou melhor à tomada de conhecimento, em que a Câmara, acaba por propor que o edifício seja considerado no espaço de urbanização decorre conversão, ou seja, este edifício pode ser demolido, a questão que se levanta é, a



questão das fachadas, muitas vezes o que acontece é que não há o devido respeito depois pela reconstrução do edifício, ou para a reedificação. O Plano de Pormenor da baixa de Albufeira prevê que sejam respeitados os trabalhos em cantaria, os beirais em caixilharia em madeira, e o que acontece é que, quando há estas reconstruções, raramente a reconstrução obedece a critérios, digamos, apertados, face àquilo que existia. Portanto, a minha questão não é tanto este ponto em si, porque a Câmara propõe que fique numa área, parece que aquilo estava na margem, uma situação podia ser demolida ou que não podia ser demolido, a Câmara propõe que possa ser demolido, não questiono isso, o que eu questiono é na reedificação do edifício, na reconstrução que se respeitem os materiais e a fachada que lá existia e, obviamente, a volumetria." - Presidente da Câmara: "Isto era apenas uma correção material, atenção, não é nada acrescentado no Plano. Aliás, diz aqui mesmo, correção material. Mas evidentemente que também estou de acordo com essa parte que o senhor deputado acabou de referir." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SEIS

Tomada de conhecimento de alteração da constituição do júri no Concurso Público com vista à contratação da "Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município de Albufeira"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Refere a presente tomada de conhecimento que, após a abertura das propostas no dia onze do um de dois mil e vinte e quatro, um dos membros do júri declarou o seu impedimento, etapa dezasseis, sendo necessário alterar a sua composição. Assim sendo, procedeu-se à alteração da composição do júri na pessoa da Senhora Presidente, sugerindo a substituição da senhora Melissa Domingos pela senhora Paula França. De acordo com a declaração da anterior Presidente, que cito, durante o procedimento de abertura de propostas, teve conhecimento da participação no concurso de um operador económico relativamente ao qual existe conflito de interesses vindo por esse meio, dar conhecimento imediato ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no



procedimento. O partido Chega pergunta ao Senhor Presidente qual foi o conflito de interesses que ocorreu e o que é que trata de ser a etapa dezasseis?" -----

Presidente da Câmara: "Não sei exatamente qual foi o conflito de interesses, se há um conflito de interesses manifestado por uma determinada pessoa, que o declara para esse efeito, aí temos de respeitar que há um conflito de interesses, não vamos agora analisar, se é por ser filho ou pai. Isso há de estar lá escrito, ei-de saber e amanhã digo-lhe alguma coisa sobre isso. Agora, se há um conflito de interesses manifestado pela própria pessoa respeita-se perfeitamente isso." -----

Luna Silva: "Sendo assim, face ao dito pelo Senhor Presidente da Câmara, vou ficar então a aguardar que amanhã me envie então menção de qual é que foi o conflito de interesses e também ficarei a aguardar que me envie o tal contrato de catering, espero é que seja feito no prazo legal." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SETE

Tomada de conhecimento, da alteração ao Sistema de Controlo Interno; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "De facto, há aqui uma contradição e como foram enviadas duas convocatórias diferentes, há que esclarecer. Na proposta do sistema de controlo interno vem proposto que a Câmara Municipal delibere no sentido de retificar os valores, mas a Câmara Municipal não solicita aqui deliberação no sentido de submeter à Assembleia Municipal para aprovação." Não temos aqui qualquer pedido para que a Assembleia Municipal delibere em conformidade. Eu penso que, também não há problema, a questão saber se é tomada de conhecimento deliberação." -----

Vereador Ricardo Clemente: "Houve um engano nos serviços, inicialmente foi enviado como apreciação e deliberação, mas depois foi enviado que seria para tomada de conhecimento." -----

Presidente da Assembleia: "Não sei se querem colocar à votação que deliberemos este ponto como tomada de conhecimento e passemos à frente, ou se querem retirá-lo e colocá-lo para outra Assembleia. Parece-me não ser necessário, mas uma vez que houve aqui um lapso. O senhor Vereador confirmou que estamos perante uma tomada de



conhecimento e não perante uma apreciação e deliberação, porque, erradamente, os serviços inicialmente enviaram uma determinada informação e posteriormente enviaram uma segunda informação e com base naquilo que diz o senhor Vereador, estamos perante uma tomada de conhecimento. Convém que em ata fique exatamente aquilo que for decidido. Vamos votar em alternativa se deve ser deliberado ou deve ser única e exclusivamente tomada de conhecimento. Portanto, que fique registado que estamos perante uma tomada de conhecimento, após a votação com quatro abstenções e os restantes votos a favor." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração dos representantes do Conselho Municipal de Educação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Paolo Fonassi. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de adesão do município de Albufeira à AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve;

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Carlos Quintino: "Digníssima, Assembleia da bancada do PSD/CDS entende como muito positivo aquilo que é esta iniciativa do município. Gostaria de deixar uma sugestão, isto porque conheço um pouco daquilo que é o trabalho desta Agência Regional de Energia e Ambiente e sei que eles têm efetivamente bastantes profissionais, muitos deles vocacionados para aquilo que são as eficiências energéticas e o cuidado com aquilo que é a manutenção das cidades. Nesse âmbito, gostaríamos de deixar a sugestão de que fosse incluído nas competências ao abrigo deste protocolo, um levantamento geral daquilo que é os pontos de luz obsoletos no concelho. É uma sugestão Senhor Presidente." -----

Luna Silva: "Propõe-se neste ponto que se delibere aprovar a adesão do município de Albufeira à Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve, vinculando-se aos seus estatutos e aprovando a quota anual no valor de mil e quinhentos euros. A minha questão cinge-se no valor apresentado como quota anual a aprovar, onde é que se encontra estabelecido e fixado nos estatutos o valor das quotas?" -----

Presidente da Câmara: "Não necessariamente tem de estar nos estatutos, mas é uma decisão do órgão que é o órgão dirigente, que é a direção da associação. Acho que essa quota pode ser alterada pela questão de decisão da direção e não necessariamente com estatutos, penso eu." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, só para dizer que se, de facto, é uma proposta feita pela decisão da ordem dirigente, acho que seria por bem que essa decisão fosse junta ao ponto da ordem de trabalho para ser analisada." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paulo Funassi, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta de comparticipação do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIMPSE Algarve); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta de Candidatura "Albufeira Integra a Brincar" no âmbito do Aviso FAMI2023-2023-5 Educação Intercultural em Contexto Escolar; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta

de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta de Participação como Investidor Social no Projeto "SQills by ECOS", no âmbito do Aviso ALGARVE-2023-04-Parcerias para a inovação Social que visem o desenvolvimento de competências em Crianças e Jovens; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da ao Fornecimento de Combustíveis Rodoviários, em postos de abastecimentos públicos, com cartão eletrónico de abastecimento, a que corresponde o Lote 1 e a granel, a que corresponde o Lote 2, celebrado pela Central de Compras da AMAL; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da deliberação já proferida sobre a constituição de direito de superfície a favor do "I.E.F.P.", mediante fixação, para efeitos fiscais, do valor do direito de superfície a constituir (em euros, por cada ano de vigência do contrato); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia: "Eu posso esclarecer esta questão. Já foram aprovados o direito de superfície e a sua constituição. Os serviços na altura não nos informaram que a Assembleia Municipal tinha de fixar um valor para efeitos fiscais, relativamente a cada ano de vigência. Eu falei com o Senhor Presidente e propus que fosse o valor matricial de cada um dos imóveis, uma vez que não temos avaliação e que não há valor para além do valor matricial e, portanto, estes seriam os valores a indicar. Eu passo a citar, o valor matricial de um deles é de cento e vinte e sete mil oitocentos e vinte e sete ponto sessenta e um e o outro é de trezentos e quarenta e um mil novecentos e quarenta e quatro ponto oitenta." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para fornecimento contínuo de "materiais em ferro fundido a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento até ao limite de 499.000,00€ + IVA"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto, gostava de questionar o Senhor Presidente sobre o ponto de situação destas obras na tentativa de eliminar as perdas. Em que ponto da situação estão estas obras? Porque são, digamos que prementes pela situação que todos conhecem. Por outro lado, lembrar esta necessidade dos desperdícios, não vou aqui citar nenhuns, mas estou a lembrar-me de alguns, por exemplo os chuveiros durante o verão, a correrem na praia dos Pescadores o verão inteiro. Na última Assembleia fiz a sugestão que nas obras que vão ser feitas nas escolas, portanto, e naquilo que diz respeito à construção de novos edifícios que fosse vista a possibilidade de construir uma cave que servisse de cisterna para a acumulação de água. Não sei se entretanto houve desenvolvimentos sobre isto, se o Senhor Presidente está de acordo ou se ainda é possível integrar esta situação nos projetos. E como o Senhor Presidente disse que a zona jardinada do ribeiro estava já a ser regada pela água da estação de tratamento, também já agora, se me permite uma sugestão, já que não foi feita conduta ao longo do eixo viário, quando fizeram a remodelação, do dito jardim, das zonas jardinadas ao longo da via, se será possível ainda fazer essa conduta a partir exatamente dessa água da estação de tratamento ali da zona do Parque da Ribeira, ou então, já agora outra sugestão, na água que vem da estação de



tratamento Ferreiras. Se ali se fizesse um pequeno açude, podia reter a água que depois pudesse ser bombeada para essa conduta. E resolvia dois problemas, por um lado ia regar com água tratada e, por outro lado, evitava que essa água chegasse à praia dos Pescadores ou do Peneco. Porque um dos problemas prementes naquela praia é exatamente a chegada de águas residuais ou quase, águas com mais cheiro e que se fosse bombeada a montante para esta conduta resolvia dois problemas.” -----

Paolo Funassi: “Todas as vezes que falámos aqui da questão da recursos hídricos, lanço sempre a mesma sugestão, a Câmara de Albufeira está a fazer um bom trabalho no sentido que sempre que há algum problema, logo vem e resolve, mas o problema é que está ficando obsoleto, obviamente, é normal, tem perdas e o investimento que precisa a cidade para a ter umas condutas nem obviamente, é muito grande e então, como disse na Assembleia em Abril do ano passado, quem não podemos estar sempre a arranjar um bocadinho, um bocadinho de condutas e o ideal seria fazer como tinha dito, uma espécie de lógica, de regional, que as Águas do Algarve, por exemplo, pegasse na gestão dos recursos hídricos da cidade e que faturasse diretamente aos utentes e, fizessem os investimentos que é a cidade precisa para não pisar no orçamento, porque pagámos tão pouco de água em Albufeira, que não é suficiente para modernizar a rede, portanto, como agora com a seca se viu que a gestão vai ter que ser regional no sentido, pelo menos às medidas tem que ser coordenadas com a AMAL e outras cidades e, portanto, vou dizer mais uma vez que seria o ideal que Águas do Algarve pegassem na gestão dos recursos hídricos de todas as cidades do Algarve e gerisse a cidade e o Algarve como um todo.” -----

Presidente da Câmara: “Relativamente à questão da rede do eixo da Avenida dos Descobrimentos, está a ser feito o projeto para a rede vir da estação de tratamento de Vale Faro. Relativamente à questão de haver uma cisterna nos edifícios novos, nomeadamente estas escolas estão agora a ser feitas, à semelhança até do que já tínhamos nas escolas do primeiro ciclo, dos planos centenários que havia essas cisternas e que ainda há algumas delas nas escolas antigas e agora, provavelmente mais tarde ou mais cedo vai ter de se fazer isso. Agora, com os valores que estão em cima da mesa para fazer as obras que temos aí para fazer, quer na escola secundária, quer na escola de Ferreiras, quer na escola Francisco Cabrita, aumentar o movimento de terras para fazer uma cisterna e mesmo executá-la vai, com certeza, aumentar muito

a questão do custo da obra, portanto, nem sei se isso neste momento é possível, uma vez que os projeto já estão em fase bastante avançada." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Paolo Funassi, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Presidente da Câmara: "Para responder ao senhor deputado Carlos Mendes, que diz que não lhe respondi sobre a questão dos médicos nos centros de saúde de Paderne e de Albufeira, é um assunto extremamente importante e extremamente gravoso, já falei com o secretário de Estado da Saúde, uma ou duas vezes, esperemos agora que o novo Governo tome posse para essas várias démarches serem novamente relatadas aos titulares das pastas, seja o Secretário de Estado ou seja um ministro ou ministra, portanto, a seu tempo será feito. Não é a Câmara Municipal que tem que lá colocar médicos." -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de janeiro de 2024 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____